

Germinarios feministas

#1

Noviembre 2025

Sobre investigación, militancia y luchas feministas en los territorios de Abya Yala y Afropindorámicos

PARTICIPAN EN ESTE NÚMERO

Alida Dagnino Contini
Delmy Tania Cruz Hernández
Janeth Paola Cortés
Joana Emmerick Seabra
Juliana Díaz Lozano
Laura M. González Foutel
Lina P. Machado Magalhães
Lisset Coba
Louise Caroline Gomes Branco
Manuela M. M. da Silveira
Maura Febles
Verónica Moreno Uribe
Victoria Pasero

Boletín del
Grupo de Trabajo
**Cuerpos,
Territorios
y Feminismos**



PLATAFORMAS PARA
EL DIÁLOGO SOCIAL

Germinarios feministas no. 1 : sobre investigación, militancia y luchas feministas en los territorios de abya yala y afropindorámicos / Alida Dagnino Contini ... [et al.]. - 1a ed.

-
Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2026.
Libro digital, PDF - (Boletines de grupos de trabajo)
Archivo Digital: descarga y online
ISBN 978-631-308-257-5
1. Feminismo. 2. Militancia. I. Dagnino Contini, Alida
CDD 320.5622

PLATAFORMAS PARA EL DIÁLOGO SOCIAL



CLACSO

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Colección Boletines de Grupos de Trabajo

Director de la colección - Pablo Vommaro

CLACSO Secretaría Ejecutiva

Pablo Vommaro - Director Ejecutivo

Gloria Amézquita - Directora Académica

María Fernanda Pampín - Directora de Publicaciones

Equipo Editorial

Lucas Sablich - Coordinador Editorial

Solange Victory - Producción Editorial

Valeria Carrizo y Darío García - Biblioteca Virtual

Equipo

Magdalena Rauch - Coordinadora

Marta Paredes, Rodolfo Gómez, Luna González y Teresa Arteaga

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales | Queda hecho el depósito que establece la Ley 11723.

No se permite la reproducción total o parcial de este libro, ni su almacenamiento en un sistema informático, ni su transmisión en cualquier forma o por cualquier medio electrónico, mecánico, fotocopia u otros métodos, sin el permiso previo del editor.

La responsabilidad por las opiniones expresadas en los libros, artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Estados Unidos 1168 | C1023AAB Ciudad de Buenos Aires | Argentina.

Tel [54 11] 4304 9145 | Fax [54 11] 4305 0875

<clacso@clacsoinst.edu.ar> | <www.clacso.org>

Coordinadoras

Delmy Tania Cruz Hernández

Centro de Estudios Superiores de México
y Centroamérica Universidad de Ciencias
y Artes de Chiapas, México

delmytaniacruz@gmail.com

Joana Emmerick Seabra

Instituto de Estudios Sociales y Políticos,
Universidad do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

alidadagnino@gmail.com

Alida Dagnino Contini

Instituto de Investigaciones en Humanidades y
Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata

- Consejo Nacional de Investigaciones Científicas
y Técnicas, Argentina

alidadagnino@gmail.com

Coordinación/organización de esta edición del boletín

Joana Emmerick Seabra,

Louise Caroline Gomes Branco

y Victoria Pasero

Revisión de texto

Rocío Veas

Índice:

Apresentação - Joana Emmerick Seabra, Louise Branco e Victoria Pasero

Presentación - Joana Emmerick Seabra, Louise Branco y Victoria Pasero

Fronteras y Cuerpos contra el Capital. Insurgencias feministas y populares en Abya Yala -
Juliana Díaz Lozano

Tecendo pontes entre feminismos latino-americanos: uma experiência colaborativa de
tradução - Manuela M. M. da Silveira, Lina P. Machado Magalhães, Joana Emmerick Seabra

"Los cuidados nos sostienen: conversaciones, gozocidades y subversiones en torno al cuidar-
cuidarnos en contextos de múltiples violencias" - Verónica Moreno Uribe y Manuela M. M.
Silveira

Los dolores de mi tierra. Procesos neoextractivos y resistencias en América Latina - Maura
Febles, Janeth Paola Cortés, Alida Dagnino Contini

Reseña

Reseña: "La performatividad cuir de la naturaleza" de Karen Barad: Una ontología radical
para repensar la agencia y la diferencia - Laura M. González Foutel

Entrevista

Diálogos con Lisset Coba. Del despojo en los territorios a los encierros en las ciudades: una
crítica ecofeminista y latinoamericana al extractivismo - Victoria Pasero

Intervención artística

Palabras de cierre

Corazonamos con todos los territorios en resistencia

Apresentação

Joana Emmerick Seabra^{1*}, Louise Caroline Gomes Branco^{2*}, Victoria Pasero^{3*}

A primeira edição do Boletim *Germinários feministas*, denominada “Sobre pesquisa, militância e lutas feministas dos territórios de Abaya Yala e Afropindorâmicos” tem como objetivo difundir, para um público mais amplo, as especificidades temáticas, teórico-metodológicas e políticas que têm caracterizado o Grupo de Trabalho Corpos, Territórios e Feminismos do Conselho Latino-americano e Caribenho de Ciências Sociais, desde a sua formação, em 2016.

Esse lançamento teve como motivação a possibilidade de construirmos um espaço de publicação regular, de circulação simples e abrangente, visando o intercâmbio de ideias, saberes e conhecimentos, a partir dos distintos corpos-territórios que compõem nossa rede e potenciando pontes e alianças entre diferentes localidades desse amplo território que habitamos e defendemos.

Nessa edição, consideramos relevante nos apresentarmos brevemente, contando um pouco sobre quem somos e o que temos feito desde nosso surgimento. Como antecipa o título dessa edição, trata-se de um Grupo de Trabalho surgido por iniciativa da coletiva *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, para ampliação dos debates sobre a relação entre os corpos femininos e os territórios, e pela experimentação de metodologias e teorias interseccionais centradas no corpo e na dialética entre teoria e prática, pela defesa dos territórios frente ao avanço do capitalismo (neo)extrativista e por sociedades pós-capitalistas.

Foi desta forma que distintas coletivas, organizações, coletivas e grupos de pesquisa, se uniram na construção do GT, como *Al Borde* (La Plata, Argentina), *Mulheres Transformando Mundos* (Chiapas, México), *Ação Ecologista* (Guatemala), entre outras. Tendo em comum: a preocupação em compreender a “amálgama triangular” entre capitalismo, colonialismo racista, e cis (hetero)patriarcado que se aprofunda e reconfigura neste contexto; as lutas dos territórios e das formas comunitárias e coletivas de reprodução das vidas frente ao avanço destas fronteiras de acumulação, espoliação e expropriação, que se reconfiguram e atualizam padrões históricos de hierarquias e violências por toda região, a partir de feminismos diversos (Aguilar, 2020)⁴.

Neste sentido, as trajetórias individuais e coletivas nos ensinam sobre as interseções que enredam corpos, territórios e feminismos em nosso “saber-fazer”, e alimentam,

^{1*} Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (PPGA/UFGA). Sou parte de coletivas autônomas antirracistas e feministas, do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo* e atualmente coordenadora do Grupo de Trabalho *Cuerpos, Territorios y Feminismos* de CLACSO, como pesquisadora associada do *Netsal - IESP/UERJ*.

^{2*} Sou mulher negra nascida no Norte do Brasil na cidade de Altamira- Pará. Capoeirista angoleira desde 2010. Militante do feminismo negro com participação na fundação da *Colectiva Akoben* em São José de Costa Rica, atualmente militante no coletivo *Negras de Periferia de Natal- Rio Grande do Norte*. Tenho bacharelado em Ciências Sociais, sou mestra em Antropologia pela Universidade da Costa Rica e com experiência acadêmica e de acorpamento com processos sociais com mulheres indígenas, feminismos comunitários, território-corpo-terra. Doutoranda em Antropologia Social (PPGAS/UFRN) pesquiso Capoeira Angola, interseccionalidade entre gênero e raça. Por fim, faço parte do GT *Corpos, territórios e Feminismos* (CLACSO).

^{3*} Sou militante feminista, formada em diferentes experiências feministas autônomas, em organização territorial popular e feminista. Socióloga (Universidade Nacional de Cuyo), Especialista em Políticas de Cuidado com Perspectiva de Gênero (CLACSO-FLACSO), atualmente doutoranda em Geografia (Universidade Nacional de La Plata). Bolsista do Instituto de Ciências Humanas, Sociais e Ambientais (INCIHUSA-CONICET Mendoza). Sou membro da assembleia transfeminista “La Terca” (Mendoza), do coletivo de pesquisa-ação “Al Borde - Construyendo pensamiento indisciplinado” (UNLP). Faço parte do Grupo de Trabalho *Cuerpos, Territorios y Feminismos* (CLACSO).

⁴ Inspiramo-nos nas palavras de Raquel Gutierrez Aguilar (2020), no prefácio ao primeiro livro publicado pelo GT, ao identificar alguns dos eixos que caracterizavam o trabalho do GT.

historicamente, a construção de um Grupo de Trabalho construído a partir de conexões entre pesquisa, militâncias e outros movimentos coletivos de luta oriundos dos corpos-territórios.

Interseções que se expressam de formas diversas entre *nos-otrxs*, mas que refletem a importância desta gramática como sentido compartilhado. Nesta edição, buscamos apresentar de forma breve nossa trajetória, abordando nossa pluralidade que valoriza e tem em comum o ser parte e/ou acompanhar processos territoriais e organizativos de enfrentamento às opressões coloniais, racistas, cis heteropatriarcais e antropocêntricas. Acorpamos/contribuímos com a construção de um conhecimento situado, militante e/ou comprometido, experimentando metodologias centradas nos corpos, nos territórios e na construção de horizontes de vida. Algo que Aguilar (2020) denominou como uma prática de produção de “conhecimento recíproco”, em nosso GT, radicalizando a crítica às formas modernas de produção de conhecimento e apontando para horizontes comuns de enfrentamento à crise multidimensional.

Cabe dizer, que nosso Grupo de Trabalho é formado majoritariamente por jovens pesquisadorxs, que ocupam lugares dissidentes e periféricos nas universidades em distintas partes, e que enfrentamos, por tanto, inúmeros desafios: relativos às (in)justiças e violências interseccionais que se reproduzem nos espaços universitários e na academia; relacionados ao descrédito que, ainda hoje, abordagens feministas e que caminham entre a pesquisa e a militância enfrentam por parte de vozes hegemônicas fiéis à ilusão de neutralidade na produção de conhecimento; pelo produtivismo e pela precarização crescente do trabalho, com o avanço neoliberal e reacionário na preocupante conjuntura de fortalecimento da extrema direita a âmbito global.

Mas é das margens, parafraseando bell hook, que é possível chegar ao cerne dos problemas mais urgentes de nossa sociedade, expor as dinâmicas predatórias e discriminatórias que buscam destruir uma vida digna para a maioria.

É a partir das margens que construímos o conhecimento e a prática que buscam questionar e transformar o que os centros de poder forçam e determinam. Nesse sentido, reafirmamos nossa capacidade de autonomia, rebeldia e crítica: em nossos territórios, universidades e academias das quais fazemos parte em diferentes países - Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, e Uruguai - e *territórios de Abya Yala e afro-pindorâmicos*⁵.

Seguimos, insistentes, em nossa rebeldia, valorizando e criando epistemologias e metodologias ancestrais, populares, feministas, antirracistas, diversas, que assumem o corpo como lugar de saber e memória e o acorpamento como prática de ternura e transgressão.

Nesta edição, propomos uma espécie de “sistematização de nossa experiência”, tomando como eixos organizadores de nossa discussão os livros que foram lançados e serão lançados pelo GT e um primeiro *acercamento* a um mapeamento que está em fase de construção, e que pretende abordar nossas experiências diversas de enfrentamento aos (neo)extrativismos predatórios por toda *Abya Yala e /ou território Afropindorâmico*, a partir de nossa rede.

Juliana Díaz Lozano aborda conceitos e ênfases temáticas trabalhados no segundo livro *Fronteras y cuerpos contra el Capital. Insurgencias feministas y populares en Abya*

⁵ Entendemos que tanto Abya Yala (termo originário do povo Kuna para nomear o território latino-americano antes do processo colonial) , quando o termo afro-pindorâmico utilizado para reivindicar uma ancestralidade africana e indígena nas terras hoje nomeadas de Brasil, dialogam com nossas inquietações e com a pluralidade semântica e epistêmica presente em nosso GT, podemos cunhar aqui o termo América de Lélia Gonzalez, que nos convoca a pensar esses territórios como espaços construídos por corpos negros, racializados que foram estrategicamente resistindo e refazendo suas narrativas contracoloniais e contra-explorações. Pensar e nomear o Brasil como afro-pindorâmico é um plano político de aliança entre as lutas indígenas e dos afrodescendentes em territórios de diáspora, mas não apenas isso, é olhar para o passado colonial na perspectiva de avançar na libertação e na emancipação em um futuro que é ancestral.

Yala, construído e publicado no período desafiador da pandemia global de covid-19, que corresponde ao segundo período do GT (2019-2022). Manuela M. M. da Silveira, Lina P. Machado Magalhães e Joana Emmerick Seabra abordam ainda os desafios de proceder com práticas de cuidado em trabalhos colaborativos, a partir da experiência de tradução do primeiro livro ao português, realizada durante a pandemia de covid-19.

As considerações sobre a importância de construir pontes entre feminismos nos inspiraram a lançar esse boletim no trânsito entre as duas línguas. Os cuidados são também o tema do terceiro livro, *Os cuidados nos sustentam: conversas, gozocidades e subversões em torno do cuidar-cuidar de nós em contextos de múltiplas violências*, resultado do terceiro mandato do GT (2023–2026), que será publicado em breve, e sobre o qual escrevem Verónica Moreno Uribe e Manuela M. M. Silveira.

Uma primeira aproximação conceitual aos processos neoextrativistas e as resistências engendradas a partir de nossa rede é abordado por Maura Febles, Janeth Paola Cortés y Alida Dagnino Contini no texto “Los dolores de mi tierra. Procesos neoextractivos y resistencias en América Latina”; enquanto Laura M. González Foutel, ao resenhar o livro “La performatividad cuir de la naturaleza”, de Karen Barad, reflete sobre suas contribuições a repensarmos a agência e a diferença a partir de uma ontologia radical da natureza.

Para encerrar, trazemos uma entrevista com Lisset Coba, pesquisadora feminista equatoriana que nos antecedeu e abriu caminho em muitas de nossas lutas, compartilhando sua trajetória como feminista organizada e pesquisadora comprometida com as mulheres na Amazônia e com o feminismo anti-prisão.

Os textos compartilhados contam sobre a construção de nossa trajetória “temática”, na imbricação entre as trajetórias pessoais e coletivas. Por exemplo, cada livro publicado ou em processo de publicação traz em si os acúmulos coletivos num determinado tema, mas também processos coletivos específicos para sua construção ao longo de cada período de atuação do GT, como exposto⁶; logo, refletem como as interseções entre corpos, territórios e feminismos foram e estão sendo trabalhadas nas distintas perspectivas latino-americanas, de *Abya Yala e de uma terra afro-pindorâmica*, desde os contextos e corpos diversos que compõem nossa rede, e contribuem ao abordar, ainda que brevemente, nossos pertencimentos coletivos e de enfrentamento aos (neo)extrativismos, desenhando novos horizontes e possibilidades de vida, na atualidade.

Convidamos você a navegar por essas páginas e a fazer parte do tecido do nosso GT.

Boa leitura!

⁶ A cada três anos, a coletiva apresenta um novo projeto à Clacso, no qual são definidas as ênfases temáticas que serão trabalhadas no período. Os livros são, assim, resultado deste processo.

Presentación

Joana Emmerick Seabra, Louise Caroline Gomes Branco, Victoria Pasero

La primera edición del Boletín *Germinarios feministas*, titulada « Sobre investigación, militancia y luchas feministas en los territorios de Abya Yala y Afropindorámicos», tiene como objetivo difundir a un público más amplio las especificidades temáticas, teóricas, metodológicas y políticas que han caracterizado al Grupo de Trabajo Cuerpos, Territorios y Feminismos del Consejo Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales, desde su conformación en el 2019.

Este lanzamiento tiene como motivación la posibilidad de construir un espacio de publicación periódica, de circulación sencilla y amplia, orientado al intercambio de ideas, conocimientos y experiencias, desde los diferentes cuerpos-territorios que conforman nuestra red y potenciando puentes y alianzas entre las diferentes localizaciones de este amplio territorio que habitamos y defendemos.

En esta edición, consideramos importante presentarnos, contar un poco quiénes somos y qué hemos estado haciendo desde nuestro surgimiento. Como anuncia el título de esta edición, este es un Grupo de Trabajo que surge por iniciativa del colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, para ampliar los debates sobre la relación entre los cuerpos de las mujeres y los territorios, y para experimentar con metodologías y teorías interseccionales centradas en el cuerpo y en la dialéctica entre teoría y práctica, en defensa de los territorios frente al avance del capitalismo (neo)extractivista y de las sociedades postcapitalistas.

Fue así como diferentes colectivas, organizaciones y grupos de investigación se sumaron y han sido parte en la construcción del GT, como Al Borde (La Plata, Argentina), Mujeres Transformando Mundos (Chiapas, México), Acción Ecologista (Guatemala), entre otras. Bajo un horizonte común: la preocupación por comprender la «amalgama triangular» entre capitalismo, colonialismo racista y cis(hetero)patriarcado, que se profundiza y reconfigura en este contexto, y las luchas de los territorios y las formas comunitarias y colectivas de reproducir vidas ante el avance de estas fronteras de acumulación, despojo y expropiación, que se reconfiguran y actualizan patrones históricos de jerarquías y violencias en toda la región, desde diversos feminismos (Aguilar, 2020)⁷.

En este sentido, las trayectorias individuales y colectivas nos enseñan sobre las intersecciones que enredan cuerpos, territorios y diferentes feminismos en nuestro «saber hacer», y alimentan históricamente la construcción de un grupo de trabajo construido a partir de conexiones entre la investigación, el activismo y otros movimientos colectivos de lucha originados en los cuerpos-territorios.

Intersecciones que se expresan de diferentes maneras entre nosotrxs, pero que reflejan la importancia de esta gramática como sentido compartido. En esta edición, presentaremos brevemente nuestra trayectoria, abordando nuestra pluralidad, que valora y tiene en común ser parte y/o acompañar procesos territoriales y organizativos para enfrentar opresiones coloniales, racistas, cis(hetero)patriarcales y antropocéntricas. Abrazamos la construcción de conocimiento situado, militante y/o comprometido, experimentando con metodologías centradas en los cuerpos, los territorios y la construcción de horizontes de vida. Algo que Aguilar (2020) denominó como una práctica de producción de «conocimiento recíproco», en referencia a nuestro GT, radicalizando la crítica a las formas modernas de producción de conocimiento y apuntando a horizontes comunes para enfrentar la crisis multidimensional.

⁷ Nos inspiramos en las palabras de Raquel Gutierrez Aguilar (2020), en el prefacio del primer libro publicado por el GT, al identificar algunos de los ejes que caracterizaron al trabajo del GT.

Hay que decir que nuestro Grupo de Trabajo está formado en su mayoría por jóvenes investigadorxs que ocupan posiciones disidentes y periféricas en universidades de diferentes lugares, y que por ello nos enfrentamos a numerosos retos: relacionados con la (in)justicia interseccional y la violencia que se reproducen en los espacios universitarios y en la academia; relacionados con el descrédito que, aún hoy, enfrentan los enfoques feministas y aquellos que transitan la línea entre la investigación y el activismo, desde voces hegemónicas fieles a la ilusión de neutralidad en la producción de conocimiento; por el productivismo y la creciente precarización del trabajo, con el avance neoliberal y reaccionario en el preocupante contexto de fortalecimiento de la extrema derecha a nivel global.

Pero es desde los márgenes, parafraseando a bell hooks, que es posible llegar al corazón de los problemas más urgentes de nuestra sociedad, exponer las dinámicas predatorias y discriminatorias que buscan destruir una vida digna para las mayorías.

Es desde los márgenes que construimos saberes y prácticas que buscan cuestionar y transformar lo que los centros de poder fuerzan y determinan. En este sentido, reafirmamos nuestra capacidad de autonomía, rebeldía y crítica: en nuestros territorios, universidades y academias a las que pertenecemos en diferentes países -Argentina, Brasil, Colombia, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, México, Nicaragua y Uruguay- y en los territorios Abya Yala y Afro-Pindorámico⁸.

Insistimos en nuestra rebeldía, valorando y creando epistemologías y metodologías ancestrales, populares, feministas, antirracistas y diversas que asumen el cuerpo como lugar de saber y memoria, y el acuerpamiento como práctica de ternura y transgresión.

En esta edición, proponemos una especie de «sistematización de nuestra experiencia», tomando como ejes organizadores de nuestra discusión los libros que han sido y serán lanzados por el GT y una primera aproximación a un mapeo actualmente en construcción, que pretende abordar nuestras diversas experiencias de enfrentamiento a los (neo)extractivismos depredatorios en toda Abya Yala y el territorio Afro-pindorámico, a partir de nuestra red.

Juliana Díaz Lozano discute conceptos y énfasis temáticos trabajados en el segundo libro *Fronteras y cuerpos contra el Capital. Insurgencias feministas y populares en Abya Yala*, construido y publicado en el desafiante período de la pandemia mundial de covid-19, que corresponde al segundo período del GT (2019-2022).

Manuela M. M. da Silveira, Lina P. Machado Magalhães y Joana Emmerick Seabra abordan los desafíos de proceder con prácticas de cuidado en el trabajo colaborativo, a partir de la experiencia de traducción del primer libro al portugués, durante la pandemia de covid-19. Sus reflexiones sobre la importancia de tender puentes entre feminismos nos inspiraron para lanzar este boletín en tránsito entre dos lenguas.

Los cuidados son también el tema del tercer libro, *Los cuidados nos sostienen: conversaciones, gozocidades y subversiones en torno al cuidar-cuidarnos en contextos de múltiples violencias*, resultado del tercer mandato del GT (2023-2026), que se publicará próximamente, y sobre el cual escriben Verónica Moreno Uribe y Manuela M. M. Silveira.

Una primera aproximación conceptual a los procesos neoextractivistas y las resistencias que engendra nuestra red es abordada por Maura Febles, Janeth Paola Cortés y

⁸ Entendemos que tanto Abya Yala (término originario del pueblo Kuna para nombrar al territorio latinoamericano antes del proceso colonial) como el término afro-pindorámico utilizado para reivindicar una ancestralidad africana e indígena en las tierras hoy llamadas Brasil, dialogan con nuestras inquietudes y con la pluralidad semántica y epistémica presente en nuestro GT, podemos acuñar el término América Ladina de Lélia Gonzalez, que nos convoca a pensar estos territorios como espacios construidos por cuerpos negros y racializados que vienen resistiendo y rehaciendo estratégicamente sus narrativas contra-coloniales y contra-explotaciones. Pensar y nombrar Brasil como afro-pindorámico es un proyecto político de alianza entre las luchas indígenas y afro-descendientes en territorios diaspóricos, pero no sólo eso, es mirar el pasado colonial para avanzar en la liberación y emancipación en un futuro que es ancestral.

Alida Dagnino Contini en el texto "Los dolores de mi tierra. Procesos neoextractivos y resistencias en América Latina"; mientras que Laura M. González Foutel, en su reseña del libro de Karen Barad "La performatividad cuir de la naturaleza", reflexiona sobre sus aportes para repensar la agencia y la diferencia desde una ontología radical de la naturaleza.

Para finalizar, contamos con una entrevista a Lisset Coba, investigadora feminista ecuatoriana que nos precedió y abrió camino en muchas de nuestras luchas, compartiendo su trayectoria como feminista organizada e investigadora comprometida con las mujeres de la Amazonía y el feminismo anti-carcelario.

Los textos compartidos nos hablan de la construcción de nuestra trayectoria «temática», en el entrelazamiento/imbricación de trayectorias personales y colectivas. Por ejemplo, cada libro publicado o en proceso de publicación trae consigo las acumulaciones colectivas sobre un determinado tema, pero también procesos colectivos específicos para su construcción durante cada período de actividad del GT⁹, como se explicó anteriormente. Por lo tanto, reflejan cómo las intersecciones entre cuerpos, territorios y feminismos han sido y están siendo trabajadas desde diferentes perspectivas latinoamericanas, desde Abya Yala y desde una tierra afro-pindorámica, desde los diversos contextos y cuerpos que conforman nuestra red, y contribuyen al abordar, aunque sea brevemente, nuestra pertenencia colectiva y la confrontación con los (neo)extractivismos, dibujando nuevos horizontes y posibilidades para la vida actual.

Les invitamos a recorrer estas páginas y ser parte del tejido de nuestro GT.

¡Buena lectura!

⁹ Cada tres años, el colectivo presenta un nuevo proyecto a Clacso, en el que se definen los ejes temáticos que se trabajarán durante el periodo. Los libros son, pues, el resultado de este proceso.

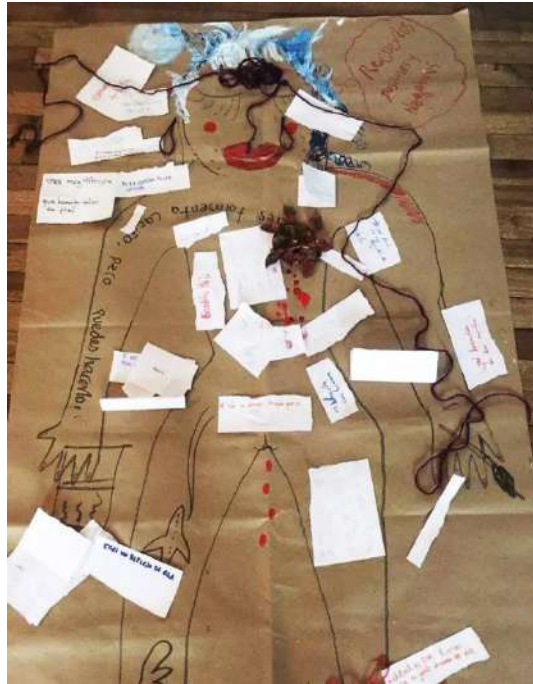


Imagen: Taller de Mapeo del Cuerpo-Territorio realizado por la colectiva Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. La Plata, 2018.



Imagen: Taller de Mapeo del Cuerpo-Territorio realizado por la colectiva Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo. La Plata, 2018.



Imagen: Integrantes del GT en el marco de la reunión anual en Argentina. De izquierda a derecha: Jonatan Rodas, Juliana Díaz Lozano, Mariano Féliz, Christian Torno, Daiana Melón, Walda Barrios-Klee, Lorena Rodríguez, Alicia Migliaro, Ana Lucía Ramazzini, Delmy Tania Cruz Hernández, Sofia Zaragocin. La Plata, 2018.



Imagen: Conferencia Internacional Cincuentenario CLACSO, Diálogos íntimos al cuerpo-territorio desde la academia y el activismo, mesa organizada por Integrantes del GT “Cuerpos, territorios y feminismos”: Jonatan Rodas, Delmy Tania Cruz Hernández, Walda Barrios-Klee, Dina Mazariegos, Ana Lucía Ramazzini. Ciudad de Guatemala, 2017.

Fronteras y cuerpos contra el Capital

Insurgencias feministas y populares en Abya Yala

Juliana Díaz Lozano^{10*}

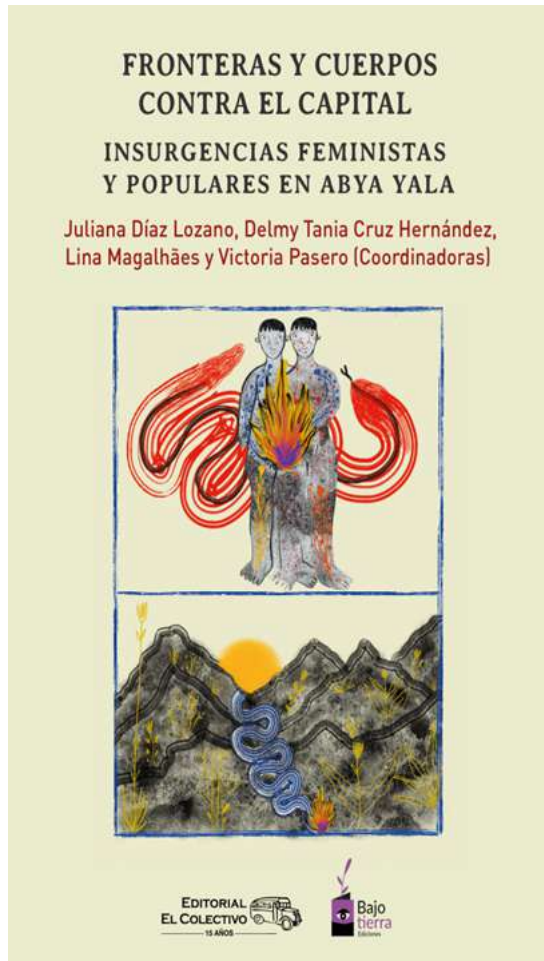


Imagen: Portada del libro *Frontera y cuerpos contra el capital*, ilustración de tapa de Atsiry Yareli López Fabila.

Este libro, producido en plena pandemia por el covid-19 se propuso profundizar, por un lado, los vínculos entre las violencias neoextractivistas y las violencias patriarcales y coloniales y por otro, dar cuenta de las insurgencias organizadas ante estas violencias. En la actual etapa de crisis civilizatoria, las fuerzas dominantes del capital (capital transnacionalizado), pretenden construir nuevos territorios de expoliación en un proceso que puede denominarse como “repatriarcalización”. Esos territorios están en las fronteras de los espacios capitalistas, pues el sistema capitalista patriarcal y colonial necesita ampliarse en forma neoimperialista sobre nuevos campos de valorización. Las barriadas populares, los territorios ancestrales, la economía no capitalista y territorios no hegemónicos, son algunos

^{10*} Juliana Díaz Lozano es Licenciada y Profesora en Comunicación Social (UNLP). Doctora en Ciencias Sociales (UNLP). Investiga en el área de feminismos, trabajos y participación política. Docente en nivel terciario y universitario. Integrante de la Cátedra Libre “Virginia Bolten”, Contrahegemonia Web y Huella del Sur. Integrante del Grupo de Trabajo Cuerpos, Territorios y Feminismos.

de esos espacios de penetración imperial capitalista. Son espacios “de frontera”, donde se produce la reconfiguración de la explotación, pero también la división sexual del trabajo y las articulaciones entre el trabajo productivo y reproductivo.

No obstante, el avance del capitalismo en los territorios dependientes del sur global enfrenta la resistencia de los pueblos con diversos grados de organización y con un protagonismo de las mujeres y disidencias sexuales de diferentes modalidades y proyecciones. Justamente el libro buscó resaltar el rol de las mujeres y disidencias sexuales frente a esta avanzada capitalista. Ellxs ponen resistencia con sus cuerpos-territorios, y proponen formas radicalmente nuevas de configuración de la reproducción social.

¿Qué entendemos por fronteras contra el capital?

La noción de fronteras que hila el libro, alude a territorios/espacios en disputa, con dinámicas de poder intensas, en donde se enfrentan lógicas contradictorias de organización de la vida. Las fronteras contra el capital serían a la vez las líneas de frente donde se dan los procesos más intensos de expansión capitalista en cada momento histórico y, en razón de eso, los procesos de resistencia, como lo son las resistencias de los pueblos, las resistencias feministas, las resistencias a las reformas educativas, a los grandes proyectos agro-industriales, mineros y petroleros, y también las múltiples resistencias en el espacio urbano. Específicamente “fronteras contra el capital” es una idea que señala las resistencias y transgresiones existentes en estos territorios/espacios y que se concretan a través de la lucha de sujetos colectivos e históricos contra la lógica perversa del capital, que pretende avanzar para reconfigurar la vida.

Asimismo, la expansión capitalista en América Latina en la actual coyuntura va de la mano a un proceso gradual de fortalecimiento del conservadurismo moral (en algunos países con tintes fascistas), que tiene consecuencias como el retroceso de derechos de los pueblos, trabajadores, mujeres y diversidades sexuales, así como la persecución moral y la criminalización de la protesta asociada a una agenda económica neoliberal. La resistencia se da, por lo tanto, también en el campo del derecho y de los discursos/narrativas. En el plano de los procesos de subjetivación y culturales, las resistencias en las fronteras permiten limitar los procesos de alienación del capitalismo, al tiempo que se generan o reconstruyen subjetividades disidentes capaces de pensar otros mundos posibles.

La noción de fronteras nos permite pensar aquellos intersticios que visualizamos/descubrimos/recuperamos como plausibles de ser intervenidos con prácticas, discursos, acciones y territorialidades que enfrenten al capital. Son espacios con límites difusos, donde experiencias alternativas resisten la avanzada capitalista, patriarcal y colonial, proponiendo otras prácticas y (re)valorizando sus saberes, siempre priorizando la reproducción de la vida y de la naturaleza por sobre la reproducción del capital. En otras palabras, todas estas experiencias construyen territorios, libres de explotación y violencias, que se enfrentan a los territorios de expoliación que crea el capital, asistido por el patriarcado y la colonialidad, originándose una disputa territorial desigual.

Las mujeres y las disidencias sexuales juegan un rol clave en el sostenimiento de estas experiencias fronterizas y suelen posicionarse como el objetivo primario a doblegar de esta avanzada, por lo cual desde su (primera) resistencia y su articulación con otrxs sujetxs es que empiezan a crearse espacios (de posibilidad) de resistencia. En ese sentido, la idea de frontera indica la posibilidad de que estas experiencias, desde las resistencias individuales a las colectivas, vayan ganando espacios frente a los territorios de expoliación, en la medida que la articulación creé más redes y se afianza en estas prácticas colectivas, en términos de relaciones sociales, que pongan en el centro a la reproducción de la vida y la naturaleza, cuestionando las lógicas del valor vigentes. Si tuviéramos que cargar de materialidad la idea,

con miradas desde una geografía crítica, podríamos hablar ya no de fronteras en cuantos límites físicos, sino en cuanto trincheras de resistencias, prácticas concretas tales como: asambleas barriales, ollas populares, huertas orgánicas agroecológicas, luchas en las calles, resistencias armadas, bachilleratos populares, radios comunitarias, cooperativas, comunidades autogobernadas, centros culturales organizados que proponen modos de vida con potencialidad alternativa a la producción capitalista. Entonces, las fronteras constituyen límites que los cuerpos y subjetividades colectivos ponen frente al intento de avance del capital sobre nuestras vidas.

¿Cómo transformó la pandemia los conflictos y resistencias en zonas de frontera?

Considerando “zonas de frontera” como las fronteras contra el capital, la pandemia volvió más vulnerables los grupos ya vulnerabilizados por las amenazas neoliberales, ya fueran las comunidades (frente al incremento de las violaciones territoriales en tiempos en que la atención de la opinión pública estuvo toda direccionada a la pandemia), las mujeres y disidencias sexuales (frente al incremento de la violencia doméstica y de los trabajos de cuidado en periodo de confinamiento), la clase trabajadora (frente al despido masivo, la falta de seguridad laboral, la flexibilización de las leyes laborales), la educación pública (frente a la obligatoriedad de la enseñanza a la distancia y las desigualdades estructurales que eso conlleva), los sectores marginados a través de la militarización y el incremento de facultades para las fuerzas represivas, etc. Al mismo tiempo, además de profundizar los ya intensos procesos de precarización de la vida, la pandemia -y, más puntualmente, la sobreinformación que se produjo en relación a la enfermedad del covid-19 y sus consecuencias- invisibilizó estas problemáticas o las relegó a un plano secundario.

Las empresas extractivas no pararon sus actividades. A pesar de la visible reducción de la contaminación ambiental por la menor actividad económica sólo en los primeros meses de confinamiento total, no hubo cambios en el funcionamiento del sistema de producción, sino que la concentración de la riqueza y la explotación se profundizaron. Luego de la pandemia, vivimos en un mundo más desigual.

Para las comunidades en lucha, la cuarentena implicó disminuir sus acciones de resistencia, pues no pudieron realizar sus Asambleas o dar seguimiento a casos de personas criminalizadas o presos políticos. La militarización que se dio en tiempos del covid-19 en varios territorios puso en riesgo su propia seguridad, lo que, aunado a condiciones de empobrecimiento, hizo que sus recursos para sobrevivir disminuyeran grandemente y les limitaran su cotidianidad. Aumentó la preocupación, el miedo y la desesperación. La carga en los trabajos domésticos se incrementó para muchas de ellas. En la pospandemia, estos procesos no se han revertido.

Sin embargo, si bien, por un lado, la pandemia debilitó los procesos de resistencia e incrementó las violaciones a derechos, por otro, abrió camino a nuevas prácticas colectivas respecto al consumo, la producción, las redes de apoyo mutuo, la comunicación, etc. Provocó, además, nuevos diálogos y el rebrote de utopías para la construcción de una vida alternativa. La pandemia visibilizó el trabajo de cuidados y reproducción, que es también trabajo de organización y resistencia. Ese trabajo se tornó más relevante frente a un capital que aprovechó la pandemia para reconfigurar sus condiciones de explotación y apropiación del trabajo.

¿Cómo es la organización del libro?

El libro cuenta con más de una decena de artículos, todos ellos de escritura colectiva y cruzada entre integrantes del GT de diferentes países, a fin de enriquecer los aportes con las realidades de las diferentes geografías y disciplinas. Está organizado en tres partes. La primera, denominada “Fronteras contra el capital” desarrolla de manera teórica reflexiva el contenido conceptual del libro. La segunda parte, se ocupa de las “Insurgencias, cuidados y cuerposterritorios que re-existen” y la tercera parte, denominada “Luchas populares, feministas y de mujeres en tiempos de pandemia” permite pensar este tiempo clave para entender las transformaciones del modo de producción, de los sectores y clases en disputa y las resistencias. Por último, contiene un POST ESCRITUM, que consiste en un homenaje y entrevista colectiva a Walda Barrios, compañera de nuestro Grupo de Trabajo fallecida antes de la edición del libro, querida referente feminista y comunitaria de Guatemala.

Esperamos que el libro sirva para alimentar reflexiones necesarias para resistir a la avanzada capitalista conservadora y para alimentar la transformación necesaria.

El libro es de libre descarga, y puede consultarse [aquí](#).

Compiladorxs: Juliana Díaz Lozano, Delmy Tania Cruz Hernández, Lina Magalhães y Victoria Pasero (Coordinadoras)

Coordinado por el GT Cuerpo, territorios y feminismos

Año 2022. Editorial El Colectivo



Imagen: Lanzamiento del libro “Fronteras y cuerpos contra el Capital. Insurgencias feministas y populares en Abya Yala”, Volcana, Centro Social y Librería, Ciudad de México, 8 de junio del 2022.



Imagen: Taller de mapeo del cuerpo-territorio, actividad realizada en el marco del Foro Paulo Freire¹¹ y sus resonancias, durante la 9na Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (CLACSO), UNAM, 9 junio de 2022. Facilitada por: Delmy Tania Cruz Hernández.



Imagen: Taller de mapeo del cuerpo-territorio, actividad realizada en el marco del Foro Paulo Freire y sus resonancias, durante 9na Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (CLACSO), UNAM, 9 junio de 2022. Facilitada por: Delmy Tania Cruz Hernández.

¹¹ Organiza: Grupo de Trabajo Procesos y metodologías participativas | Grupo de Trabajo Educación popular y pedagogías críticas | Grupo de Trabajo Cuerpos, territorios y feminismos | Grupo de Trabajo Herencias y perspectivas del marxismo.



Imagen: Taller de mapeo del cuerpo-territorio, actividad realizada en el marco del Foro Paulo Freire y sus resonancias, durante la 9na Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales (CLACSO), UNAM, 9 junio de 2022. Facilitada por: Delmy Tania Cruz Hernández.

Tecendo pontes entre feminismos latino-americanos: uma experiência colaborativa de tradução

Manuela M. M. da Silveira^{12*}
Lina P. Machado Magalhães^{13*}
Joana Emmerick Seabra



A partir da incorporação cada vez maior de integrantes brasileiras ao Grupo de Trabalho *Cuerpos, territorios y feminismos* da CLACSO - como nós três que aqui escrevemos -, sentimos a necessidade de expandir as fronteiras das discussões construídas nessa rede latinoamericana, ampliando o espaço de/para o diálogo também com as lutas e insurgências feministas relacionadas ao corpo-território no Brasil. Chegamos ao Grupo de Trabalho trazendo nossa bagagem de luta, militância e também marcadores culturais, como o idioma. Reconhecendo as barreiras que a diferença linguística muitas vezes representa, estimuladas por uma geopolítica e imaginários geográficos que tampouco favorecem as trocas culturais na região, estabelecemos um debate sobre a necessidade de incluir o português como idioma de trabalho no GT e de construir outras formas de nos comunicarmos, a partir e através das nossas diferenças e particularidades culturais.

^{12*} Geógrafa e educadora, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrante do GT *Cuerpos, Territorios y Feminismos* e da coletiva *Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*. Bolsista FAPERJ.

^{13*} Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa

Catarina e em Estudos das Mulheres, Discursos e Práticas de Gênero, da Universidade de Granada (Espanha). Pesquisadora do Laboratório de Gênero e Família da UDESC (Labgef), do Observatório das Migrações de Santa Catarina (Obmigra) e do Grupo de Trabalho da CLACSO "Corpos, Territórios e Feminismos". Pesquisadora associada ao Instituto de Estudios Internacionales (INTE) da Universidad Arturo Prat (Chile). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (2010) e mestrado em Estudos Urbanos pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais - Equador (2015). Como pesquisadora, atua em temáticas relacionadas ao Planejamento Urbano, Estudos de Gênero e Migrações. Também é especialista em metodologias qualitativas, participativas e em mapeamento do corpo-território.

No escopo dessa conversa, ficou evidente que muitos dos textos feministas ao redor dessa agenda, que estão no auge do debate em *Abya Yala*, não eram traduzidos ao português e nem publicados no Brasil. Logo, em que pesem as semelhanças entre as línguas, permaneciam pouco acessíveis a um conjunto mais amplo de pessoas interessadas e envolvidas nestas lutas. Em consonância com os objetivos do próprio Grupo de Trabalho, que visa estabelecer pontes entre espaços epistêmicos muitas vezes dissociados - como entre a militância e a pesquisa -, valorizamos e optamos por nossa auto-organização para a transgressão de barreiras impostas também por uma política editorial definidora das vozes e conhecimentos que são traduzidos, publicados e difundidos.

Foi nesse contexto que propusemos traduzir para o português o primeiro livro publicado pelo GT, “Corpos, Territórios e Feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas”, organizado por Delmy Cruz Hernández e Manuel Bayón e publicado pela editora Abya Yala, de Quito, em 2020. Reconhecido como uma importante publicação teórico-metodológica feminista, o livro alcançou uma grande circulação em diversos países latinoamericanos e expressa o trabalho que vem sendo realizado por *nos-otres*, companheiros de Grupo de Trabalho, desde sua formação em 2016.

Considerando a afinidade política com o livro e a abertura à proposta, acordamos que a tradução seria gerenciada por nós - contando com um pequeno apoio financeiro da Clacso - e a revisão, edição e publicação do livro seria assumida pela Editora Elefante. Para que fosse possível essa empreitada, em grande parte sustentada por nossa aposta política na importância desse tipo de trabalho, foi fundamental a participação de outras duas companheiras/pesquisadoras feministas que se juntaram ao grupo de tradução: Joana Salém e Sislene C. da Silva.

A divisão dos capítulos a serem traduzidos foi feita em comum acordo, tentando contemplar nossos interesses e familiaridade com os temas abordados. E como foi difícil escolhê-los! Como a maioria de nós pesquisamos temáticas relacionadas ao corpo-território, traduzir esses textos era uma forma também de *encarná-los*, lê-los com cuidado e aprender com eles, o que era estimulante! Em seguida, organizamos uma sequência de tradução-revisão em forma de “carrossel”, garantindo que cada artigo fosse atravessado por ao menos dois olhares distintos.

Nesse processo de tradução ativa, em diálogo permanente com o contexto cultural em que o artigo original foi escrito e com aquele no qual o artigo traduzido circularia, nossas corporalidades e trajetórias pessoais eram também mobilizadas, acionando redes feministas de afeto e de produção de conhecimento, que foram fundamentais no processo de tradução. A proximidade com as autoras e autores dos artigos gerou uma troca extremamente rica, nos permitindo conversar, perguntar e entender melhor os conceitos e as ideias que queriam transmitir. A troca interna entre nós tradutoras também foi fundamental: em reuniões frequentes, íamos debatendo e afinando conceitos, definindo padrões e tentando transpor os desafios que aos poucos se apresentavam.

Em primeiro lugar, porque o processo de tradução foi desenvolvido no contexto da pandemia do covid-19, tornado ainda mais avassalador pelo governo negacionista e genocida de Jair Bolsonaro. O trabalho transcorreu entre contágios, testes negativos, enclausuramento, aulas online e fortes sentimentos de medo, impotência, incerteza e angústia. Olhando em perspectiva, talvez nosso principal desafio durante todo o processo tenha sido nos manter vivas e com saúde física e mental. Além disso, nós cinco acumulávamos pesquisas de doutorado, trabalhos e militâncias. Dessa forma, a temporalidade do trabalho também foi um desafio, considerando que os prazos inicialmente imaginados foram sendo ampliados devido à constante sobreposição entre nossa iniciativa coletiva e outros compromissos profissionais, militantes e pessoais. De modo que a dedicação à finalização não foi equânime entre todas, gerando tensões e reflexões sobre autoria, remuneração e divisão do trabalho em iniciativas

militantes que, como neste caso, podem resultar em mais de um ano de trabalho regular para sua finalização, com um retorno financeiro apenas simbólico. Um aprendizado fundamental nesse sentido é a premência de um diálogo mais explícito sobre cuidados e autocuidado em espaços coletivos feministas, considerando a sobrecarga de tarefas reprodutivas que assumimos as mulheres somada à precarização crescente que enfrentamos no mundo laboral; estabelecer acordos e protocolos comuns, além da possibilidade de renegociações a partir de um diálogo sincero sobre nossos limites pessoais (sempre cambiantes), pode ser uma forma de evitar desequilíbrios em processos coletivos de construção de conhecimentos.

Outro desafio importante diz respeito à diversidade de idiomas e às próprias peculiaridades que o espanhol assume em cada país latino-americano. Grande parte dos artigos foi construído a partir de um trabalho de base com organizações populares, razão pela qual incorporam palavras e expressões oriundas de idiomas não-hegemônicos, como o *kichwa*. Embora de uso frequente e fácil compreensão em cada contexto nacional, esses termos nos exigiram novas pesquisas e a criação de um glossário compartilhado em que dividimos e co-criamos sugestões de traduções. Parte desse processo, das buscas e escolhas que fizemos para resolvê-los naquele momento, aparecem timidamente nas “Notas das Tradutoras” no rodapé dos artigos. Além disso, alguns textos apresentavam uma linguagem bastante informal, cujos nuances tentamos manter na versão traduzida.

Finalmente, sentíamos dificuldades em encontrar alternativas que mantivessem a força de algumas palavras e expressões originais em espanhol e em idiomas originários. É o caso da conotação política feminista do uso da primeira pessoa do plural *nosotras*, muitas vezes utilizada como “nos-otras”, para demarcar a pluralidade da coletividade feminina e feminista, operação inviável na sua correspondente em português (“nós”). Ou no caso de palavras que, se bem têm um correspondente em português, este não dá conta de explicar todo o sentido contido no termo original; por exemplo, o registro *hacienda*, utilizado para denominar tanto uma “simples” fazenda, quanto o sistema agrário predominante durante o período colonial no Equador. O mesmo vale para termos em *kichwa* diretamente associados à estrutura sócio-cultural equatoriana, que foram mantidos no original (*ayllu* e *huasipungo*, por exemplo).

Nesse sentido, também foi desafiador encontrar uma palavra tão forte quanto a expressão “*encarnamiento*” [processo de tornar-se ou tornar carne], cuja tradução variou entre “in-corporação”, “en-carnamento” ou a estratégia de alterar a estrutura da frase (“que se sente na carne, na pele..”). A tentativa de espelhar o termo comumente utilizado no contexto anglo-saxão - *embodiment* - não teve muito eco, na medida em que assumimos e optamos por ressaltar a originalidade do conceito latino-americano. Ao final, buscamos acordar alguma coerência entre nós, acolhendo também as diferenças de interpretação em uma tradução construída a muitas mãos.

A primeira entrega para a editora ocorreu em dezembro de 2021 e o livro foi publicado em uma versão linda da Editora Elefante em julho de 2023. Em agosto de 2024, com a presença de companheiras do Grupo de Trabalho e do *Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo*, fizemos o lançamento do livro no Seminário Internacional Fazendo Gênero, em Florianópolis. A partir de então, a proposta de tecer redes com coletivas e pesquisadoras brasileiras começou a dar seus frutos, possibilitando a realização de oficinas e espaços de debate sobre o mapeamento do corpo-território e as interseções entre corpos, territórios e feminismos.



Imagem: Lançamento do livro “Corpos, Territórios e Feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas”, Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, Brasil, agosto de 2024.



Imagem: Lançamento do livro “Corpos, Territórios e Feminismos: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas”, Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, Brasil, agosto de 2024.

“Los cuidados nos sostienen: conversaciones, gozocidades y subversiones en torno al cuidar-cuidarnos en contextos de múltiples violencias”

Verónica Moreno Uribe^{14*}
Manuela M. M. Silveira

¿Qué significa sentipensar los cuidados desde la perspectiva de los feminismos disidentes y contrahegemónicos de Abya Yala? ¿Qué saberes emergen de los procesos de organización de los cuidados cuando estos se gestan desde las estrategias político-poéticas de los feminismos rebeldes? y ¿Qué implicaciones tiene todo ello cuando ocurre en escenarios de suma de violencias y precarización de la vida?

A partir de la propuesta de publicación del tercer libro del Grupo de Trabajo Cuerpos, Territorios y Feminismos de CLACSO, se impulsó un proceso colectivo de reflexión, conversación y escritura sobre el tema de los cuidados desde una perspectiva feminista latinoamericana. Entendemos los cuidados como prácticas, relaciones y trabajos con una importante dimensión ético política asociadas a formas individuales y colectivas de reproducción y sostenimiento de la vida en común. Los cuidados configuran haceres y saberes vitales que incluyen la crianza, la alimentación, la salud, el cuerpo, los afectos y, de manera más amplia, esfuerzos colectivos y comunitarios en defensa de los bienes comunes que sostienen la vida, como lo son el agua, la tierra, las semillas, el aire y las especies vegetales y animales, que están atravesados por múltiples tensiones en medio de un sistemático asedio a las diversas formas de existencia y una creciente precarización de las condiciones para garantizarla. A tono con las voces de los feminismos populares, territoriales y comunitarios, sostenemos que no hay posibilidad de que ninguna vida germine en su potencialidad sin mediación de los cuidados y, en este sentido, la inter y ecoddependencia entre todo lo vivo son condición de ello.

Al construir un primer acercamiento colaborativo al tema, la primera clave que se nos aparece es que los cuidados resultan en prácticas políticas y poéticas de resistencia y subversión en cuanto se despliegan, en nuestros territorios, en escenarios de agresión a los mismos y a las existencias y vidas que los habitan. En este sentido, nos interesa, por un lado, reflexionar sobre las violencias sobre los cuerpos y territorios y sus impactos en la vida individual y colectiva de las mujeres y disidencias, y por otro, sobre los saberes y prácticas de cuidado entretejidos desde los cuerpos-territorios para cuidar y poner la vida en el centro. Desde una perspectiva interseccional, haciendo dialogar experiencias diversas, el libro se propone recoger un repertorio de prácticas comunitarias y afectivas de cuidado de la vida en su integralidad. La sistematización y relectura compartida de estos aprendizajes y saberes no solamente reafirma la existencia de voces disonantes frente a la violencia patriarcal, racista, clasista y colonial, sino que funciona como un estímulo a la formación de redes de apoyo y fortalecimiento mutuo entre nos-otrxs. En un contexto en que los cuidados se restringen cada vez más a la esfera familiar hegemónica-heteronormativa y a un mercado capitalista que los privatiza y mercantiliza a partir de criterios de género, clase, territorio y racialización, nuestra atención se vuelca a la esfera comunitaria, afectiva y solidaria y a las tramas de sostenibilidad de la vida que se tejen a partir de ahí.

En este sentido, como nos lo han hecho saber los feminismos territoriales y comunitarios, ganan visibilidad las estrategias de mujeres indígenas, campesinas y populares en regiones amenazadas por el despojo extractivista y el deterioro de sus ecosistemas,

^{14*} Verónica Moreno Uribe, antropóloga feminista, doctora en sociología por la Universidad Autónoma de Puebla, profesora e investigadora de la Facultad de Antropología de la Universidad Veracruzana y de la Maestría en Educación para la Interculturalidad y la Sustentabilidad de la misma casa de estudios. Colabora en el Observatorio Universitario de Violencias contra las Mujeres.

articulando el cuidado de la salud, el territorio, la alimentación, los saberes ancestrales para enfrentar la interconexión entre las violencias a sus cuerpos y territorios y generar condiciones para que la dignidad, la libertad y el disfrute tengan lugar. También emergen como fundamentales las prácticas de re-existencia ancladas en la creatividad, el goce y la celebración como formas de cuidado de la vida individual y comunitaria, a partir de recursos artísticos, corporales y narrativos que revitalizan y sanan colectivamente la energía vital, en oposición a la histórica colonización de los cuerpos femeninos y disidentes. Enfatizamos también la relación intrínseca entre los cuidados y los trabajos de construcción colectiva de la memoria y de justicia y reparación, entendidos como dimensiones sostenidas por mujeres que reparan y reconstruyen lo comunitario y denuncian las múltiples violencias del Estado y del capital.

Otra dimensión fundamental sobre el tema de los cuidados se refiere a las discusiones sobre ética y alteridad en la producción del conocimiento, especialmente en el ámbito académico. Eso significa reflexionar de manera autocrítica sobre el extractivismo epistémico y el rol del investigadorx en su relación con lxs sujetxs de estudio, a partir de una práctica investigativa ética y responsable. Implica también cuestionar el tema de la autoría en una academia pensada a partir de una perspectiva individualista y falazmente objetiva. En este sentido, cuidar significa, por un lado, apostar en estrategias para subvertir el formato académico rígido -como la co-teorización y la co-escritura, por ejemplo-, y, por otro lado, indagar sobre formas de cuidarnos entre las diversxs compañerxs que son parte de o acompañan procesos de violencia hacia las mujeres y cuerpos disidentes y racializados, considerando los atravesamientos entre la investigación y nuestras vidas personales. Asimismo, el cuidado se vuelve un eje central para repensar trabajos de extensión, prácticas docentes y procesos de enseñanza-aprendizaje en el aula.

Finalmente, sentipensar los cuidados significa también analizar y plantear críticamente políticas públicas, programas y marcos legales desde la perspectiva de la economía feminista, resaltando la importancia del reconocimiento y redistribución social, cultural, económica y política del trabajo de cuidados para lograr una sociedad en que la reproducción de la vida deje de ser una tarea esencialmente femenina y se vuelva progresivamente una responsabilidad colectiva. Asimismo, aun en el ámbito estatal, es fundamental el reconocimiento de derechos a personas cuyas existencias sufren sistemáticamente exclusiones y discriminaciones de todo tipo, aquí incluido el tema de la tercerización de los trabajos de reproducción y cuidados a manos de mujeres pobres, migrantes y racializadas, con base en una perversa cadena global de cuidados.

También hemos reflexionado que los cuidados pueden ser capturados y sus esfuerzos secuestrados a favor de las lógicas del capitalismo patriarcal y racista. Esto se nos aparece como una contradicción propia de este sistema de muerte al que Donna Haraway nombra la *cosa escandalosa*: aún cuando la condición de posibilidad de la sostenibilidad y la reproducción de la vida pasa por la mediación cuidadosa que la procura, los saberes, las relaciones y las prácticas de cuidado pueden ser usufructuados a favor de la acumulación y su horizonte de voracidad. Así, cuidar en contextos de muerte, despojo y explotación, implica para quienes disponen de tiempo, saberes y trabajo para ello, un desgaste vital que redundo, en muchas ocasiones, no solo en el socavamiento de las energías individuales, sino también en el deterioro de las iniciativas de organización comunitaria en defensa de la vida. Al respecto, se escucha por doquier ¿quién cuida a las cuidadoras? ¿Qué acuerdos tenemos que construir para que el sostenimiento de las comunidades de cuidados y de los cuidados interpersonales no recaigan preponderantemente en mujeres, sobre todo racializadas y precarizadas? Por esta razón, hablar de cuidados es necesariamente mirarlos desde una perspectiva interseccional que subraya las desigualdades no sólo de género, sino de raza y clase que atraviesan la reproducción de la vida.

El tercer libro del Grupo de Trabajo “Cuerpos, territorios y feminismos”, que cuidadosamente hemos confabulado desde hace tres años, trata por tanto de dar forma a estas inquietudes e intuiciones, recogiendo experiencias de compañerxs de ocho territorios de Abya Yala en su proceso de acompañamiento y reflexión sobre y con organizaciones populares. Titulado “Los cuidados nos sostienen: conversaciones, gozocidades y subversiones en torno al cuidar-cuidarnos en contextos de múltiples violencias”, el libro está compuesto por quince textos elaborados por treinta compañerxs, quienes desde las coordenadas de diversos feminismos ponen en el centro formas creativas y transgresoras de los cuidados entendidos desde su dimensión inherentemente política. Siguiendo la tradición que venimos sembrando en el Grupo de Trabajo, los textos se construyen mayoritariamente de forma colectiva, incentivando el intercambio y diálogo entre los diferentes territorios y feminismos que componen el GT. Asimismo, se abren a diferentes formatos, que incluyen artículos, entrevistas, co-escrituras, autoetnografía y relatos-conversaciones.

Esta gestación de larga duración, tuvo como premisa el reconocimiento de que en paralelo a la cada vez más difícil tarea de encontrar tiempo para la reflexión y la escritura, se suma la complejidad de escribir en colectivo y poner en diálogo diversas comunidades epistémicas, disciplinares y de lucha. A esto sumamos, acorde a algunos de los ejes de reflexión del libro, que esa escritura se realiza en paralelo a los diversos trabajos de cuidados que desempeñamos, más el acompañamiento a colectivxs y otros trabajos remunerados para nuestra sobrevivencia material, muchos de los cuales están precarizados.

De esa manera, la organización del libro trató de tomar en cuenta un tiempo lento que respetara la posibilidad de cuidarnos también entre nosotrxs, sosteniendo nuestra propia grupalidad y alimentando no solamente una construcción conceptual-metodológica colectiva sobre cuidados, sino también nuestra propia práctica y formación política como colectivo de trabajo, buscando no perpetuar prácticas académicas que acentúan las lógicas de explotación del trabajo, especialmente el femenino. Antes de la edición final del libro, está prevista la organización de un Feminario para acorparnos, tejer redes entre lxs participantes del GT, leernos y aportar colectivamente a los textos.



Imagen: Construcción colectiva de mural “Históricas” por la colectiva feminista “Unidas”, Veracruz, Xalapa, México, 2021.

Los dolores de mi tierra

Procesos neoextractivos y resistencias en América Latina

Maura Febles^{15*}, Janeth Paola Cortés^{16*}, Alida Dagnino Contini^{17*}

Nos encontramos en medio de una contienda épica, la contienda entre los derechos de la Madre Tierra y los de las multinacionales y los estados militarizados que, mediante cosmovisiones y paradigmas obsoletos, aceleran la guerra contra el planeta y las personas
(Mies & Shiva, 2014, p. 25).

*Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina*
(Latinoamérica, Calle 13)

Desde hace siglos, el capitalismo avanza de manera predatoria por múltiples territorios, con especial violencia en las regiones dependientes del sur global. La superación del capital ha consistido en renovadas modalidades de ese avance predatorio a través de la expropiación, del saqueo y la acumulación, buscando desplazarse temporal y espacialmente (Harvey, 2005), para ampliar su proceso de valorización (Félicz, 2021). Ante esta estampida, la solución espacial a la crisis supone la producción del espacio como forma esencial de la reproducción ampliada del capital, en términos del geógrafo David Harvey (2005), procesos de “acumulación por desposesión”.

En la actualidad, la región de América Latina y El Caribe vive una crisis multidimensional reflejada en la hegemonía de estas lógicas predatorias del capital que se expresan en una multiplicidad de conflictos socioambientales, una renovada y cada vez más cruenta avanzada de las violencias patriarcales y racistas que impactan los cuerpos feminizados y racializados, la fuerte financiarización de la vida de los sectores populares seguida de un proceso de endeudamiento para su supervivencia. A nivel global, estas múltiples conflictividades se ven profundizadas por el avance neoconservador y fascista de la última década que tiene impactos en todas las dimensiones de la vida cotidiana de los pueblos y, de manera especialmente devastadora, en países dependientes, con el consecuente desmembramiento de ciertos consensos tejidos al calor de la lucha respecto de los derechos humanos universales.

Al mismo tiempo, como contracara de esta herida abierta que tracciona los dolores más profundos de Nuestramérica, los pueblos se organizan y resisten para recomponer los entramados socio-comunitarios que el avance del capital intenta desarticular cada vez con más fuerza. Frente a ello, las experiencias nacidas en el sur global buscan desafiar las lógicas

^{15*} Integrante del grupo Galfisa/Instituto de Filosofía de Cuba, becaria doctoral de CONICET/UNLP. Integrante del GT “Cuerpos, territorios y feminismos”.

^{16*} Socióloga, estudiante de doctorado en estudios de género, activista. Perteneciente al colectivo Escuela Popular Descolonizando, al colectivo Sembrando Identidad Antonio Nariño (SIAN) y al Centro de Investigación Socioambiental para la Paz (CISAP). Integrante del GT “Cuerpos, territorios y feminismos”, joven investigadora de ADLAF.

^{17*} Educadora popular y feminista. Comunicadora social y Dra. en Ciencias Sociales (UNLP). Becaria postdoctoral del CONICET en el Instituto Patagónico de Estudios de Humanidades y Ciencias Sociales (Universidad Nacional del Comahue). Integrante del Colectivo de investigación-acción-participativa "Al Borde". Coordinadora del GT "Cuerpos, territorios y feminismos".

de poder de un sistema de muerte, recreando la imaginación política y haciendo base en la memoria histórica nutrida de cinco siglos de resistencia.

El presente artículo es producto de debates y reflexiones cruzadas entre compañeras integrantes del Grupo de Trabajo de CLACSO “Cuerpos, territorios y feminismos” que nos encontramos en la lejanía de las latitudes nuestramericanas, pero en la cercanía de las heridas abiertas frente a las que conjuramos y tramamos nuevas o renovadas formas de sostener vidas más vivibles. En contexto de las actividades anuales del GT, nos hemos puesto la tarea de realizar un mapeo de procesos neextractivos a lo largo y ancho de Nuestramérica. He aquí, unos primeros acercamientos a este proyecto.

Conflictividades en la piel de Nuestramérica

América Latina ha sido centro de disputas por la tierra, producto de políticas (neo)extractivistas que reconfiguran el uso del suelo, el agua, los bosques, la diversidad de bienes comunes que coexisten en ella. Así pues, el juego de intereses del capitalismo, la reafirmación de la hiperproductividad como símbolo de progreso, la creación permanente de nuevas necesidades humanas y el reconocimiento del mercado como actor principal del relacionamiento social ha hecho que cada vez más se vea la naturaleza como objeto de expropiación y que el saqueo de bienes comunes se conviertan en premisa para el avance y modernización de los países considerados como “subdesarrollados”.

Por tan solo citar algunos ejemplos, en Argentina, desde hace décadas se despliegan, a lo largo y ancho del país, estrategias de avance desmedido y cruento del capital. Su posición en la geopolítica global somete a sus territorios y comunidades a una situación de alta vulnerabilidad, marcada por la violencia y la estigmatización de los pueblos originarios, la persecución y las falsas acusaciones que buscan responsabilizarlas de incendios forestales que son iniciados de manera intencional (como ocurrió recientemente en la región de la Patagonia del país) y con el trasfondo del negocio inmobiliario. En el norte del país, más precisamente en la zona de la quebrada, los pueblos luchan en contra de la extracción de litio, en defensa de sus tierras y del agua. Hace años, los pueblos de San Juan, Catamarca y Chubut se enfrentan a los procesos de megaminería que, detrás de promesas laborales, dejan a su paso territorios devastados, sin agua y con el saldo de la contaminación. La expansión de la infraestructura extractivista en Chubut se lleva a cabo bajo un discurso ambientalista que oculta sus verdaderos impactos. Durante más de dos décadas, distintos gobiernos provinciales han intentado imponer la explotación minera, aunque sin éxito. Frente a ello, las asambleas socioambientales que integran la Unión de Asambleas de Comunidades de Chubut realizaron múltiples acciones con intención de contrarrestar los discursos de “progreso” y de supuesto “cuidado ambiental” frente a una actividad tan directamente destructiva de los territorios. La movilización popular, conformada por diversos sectores que se agruparon bajo la consigna “No a la mina”, ha sido un obstáculo insuperable para el poder. El “Chubutazo” de 2021 se erige como el hito más reciente y significativo de esta resistencia (Ulacia, 2022).

En la región de Cuyo, las movilizaciones en Andalgalá (Catamarca) y Jáchal (San Juan), se oponen a la avanzada también de procesos megamineros que atentan contra la calidad de vida de las poblaciones aledañas a los sitios de explotación.

En la región de Patagonia Norte, los avances de los procesos de extracción hidrocarburífera hoy se expresan en la explotación de uno de los yacimientos geológicos con mayor reservas de hidrocarburos no convencionales del mundo: Vaca Muerta. La misma se realiza a costa de irrumpir en territorios y a través de la técnica de fractura conocida como fracking que supone una técnica que consiste en perforar la tierra e inyectar fluidos a presión para extraer gas y petróleo. En palabras de Maristela Svampa (2019), desde 2015, esta zona argentina fue perfilándose como un laboratorio a cielo abierto en la implementación de una

de las técnicas de extracción de hidrocarburos más controversiales a nivel global, amparado por un marco regulatorio cada vez más propicio para las inversiones extranjeras. El pueblo mapuche fue el primer afectado por el proyecto minero de la empresa estatal china y la Corporación Minera de Neuquén. Sin embargo, la organización se extendió más allá de la comunidad indígena. En el 2004, las asambleas vecinales de Río Negro, Neuquén y Chubut conformaron la “Asamblea Coordinadora Patagónica por la vida y el territorio contra el saqueo y la contaminación”, como muestra de la intensificación de los conflictos en el marco del “ciclo de protestas” que desde diversos puntos del país se pronunciaban contra la minería a cielo abierto.

En la actualidad, bajo el discurso del hidrógeno verde, se despliega una estrategia impulsada por el Norte Global que depende, de manera crucial, de los territorios patagónicos y de la colaboración entre el Estado, el sector empresarial y los medios masivos de comunicación. En este marco, ciertos espacios, especialmente las zonas costeras, se vuelven altamente codiciados para la instalación y ampliación de puertos, así como para la construcción de plantas desalinizadoras destinadas a la producción de hidrógeno.

En Colombia, se han desatado diversos conflictos socioterritoriales causados por el avance del extractivismo, problemática que se profundiza ante la presencia de diversos grupos armados que buscan controlar determinadas regiones del país debido a su riqueza mineral, sus vías de acceso y su poder económico. En el país se cuenta con 6.858 títulos mineros, de los cuales el 53% está dado para materiales de construcción, el 23% para oro y metales, el 14% para el carbón y el restante para otros materiales (Agencia Nacional de Minería, 2024, p.13). La extracción de bienes comunes a gran escala ha generado múltiples impactos socioambientales que han conllevado a la reestructuración espacial de las comunidades, imponiendo a su paso el despojo, el desplazamiento forzado y la mercantilización de los cuerpos de las mujeres y cuerpos feminizados.

Las principales afectadas en tras estas políticas abrasivas de abuso del territorio han sido las mujeres rurales, quienes han sido sistemáticamente expulsadas de sus tierras, han sufrido afectaciones en su salud sexual y reproductiva, han tenido dificultades para acceder al agua, lo que complejiza su soberanía alimentaria y su supervivencia cotidiana, han sufrido la persecución al querer defender causas ambientalistas, han visto aumentar el embarazo adolescente y la explotación sexual alrededor de los proyectos extractivistas y, en general, han visto afectados sus conocimientos ancestrales y sus prácticas tradicionales.

Así pues, las mujeres campesinas de Colombia, víctimas de los estragos generados por el capitalismo, el patriarcado, el racismo y el extractivismo, han promovido diversos repertorios de acción y movilización para la defensa de su cuerpo y territorio. Su lucha ha permitido visibilizar los impactos diferenciados del extractivismo, han logrado frenar proyectos de exploración en determinadas zonas, han promovido estrategias para frenar el desvío de los ríos, han liderado acciones sociojurídicas para acompañar a las mujeres víctimas, han enfrentado de manera directa a los grupos armados, han liderado acciones de conservación y protección ambiental, han promovido la agroecología como forma de subsistencia y fortalecimiento comunitario y, en general, han movilizadod diversas acciones por la paz y la defensa de la vida y el territorio.

Entonces, el estudio sobre el agravamiento de los conflictos socioambientales vinculados a las políticas (neo)extractivistas en América Latina ha cobrado un notable impulso. Este crecimiento responde directamente a la intensificación de la extracción de minerales, hidrocarburos, energía renovable y productos agroindustriales que ha experimentado la región en las últimas décadas. Al mismo tiempo, constituye una denuncia de los efectos locales provocados por esta expansión.

Es así que la explosión de conflictos socioambientales pone sobre la mesa la potenciación de las luchas ancestrales por la tierra, protagonizadas por movimientos

indígenas y campesinos, así como en el surgimiento de nuevas formas de movilización y participación ciudadana, centradas en la defensa de lo común, la biodiversidad y el ambiente (Svampa, 2019). Las diversas formas de resistencia surgen arraigadas en el lugar e impulsan modos alternativos de habitar y relacionarse con la naturaleza. En dichas resistencias reside la auténtica posibilidad de transformación frente al colapso generado por el modelo extractivista.

Aperturas ¿qué nos queda en el cuerpo? Re-existencias

Frente a un sistema de rapiña y destrucción, donde el capital devora todo lo que tiene a mano para garantizar su reproducción, las experiencias de resistencia y los procesos de organización, los espacios de encuentro y de creación, son la clave para pensar y construir repertorios de acción colectiva, que permitan construir otras lógicas de habitar los territorios y, en definitiva, de organizar la vida.

Las resistencias sociales nacidas en Nuestramérica han desarrollado, como una de las dimensiones fundamentales contra el extractivismo, la defensa del territorio y la territorialidad. La noción de territorio -no solo relacionado a la narrativa de las organizaciones indígenas y los movimientos socioambientales, sino también el discurso de las corporaciones, de los planificadores, de los diseñadores de políticas públicas- se ha convertido en un concepto social más amplio que permite visualizar el posicionamiento de los diferentes actores en pugna así como analizar las dinámicas sociales y políticas (Svampa, 2019). Esa apropiación del territorio, material y simbólica, ha impulsado una geografía crítica que ha contribuido a actualizar el concepto “mapeando los territorios desde abajo” (Porto, 2001). Para nuestros pueblos en resistencia es fundamental esta aproximación a los territorios nacida desde los movimientos sociales en lucha.

De igual manera, frente a las conflictividades territoriales abordadas en este escrito, resulta importante repensar las políticas económicas y su impacto destructivo en todos los niveles de la vida social que permita recrear estrategias que cuestionen la lógica colonial y que permitan mirar de manera crítica la perspectiva/afirmación de progreso. Bajo este contexto, es posible construir propuestas locales, regionales y nacionales para la conservación, la reforestación, la restauración, promoviendo alternativas territoriales para la defensa de los recursos naturales y las prácticas sostenibles de las comunidades.

Referencias bibliográficas

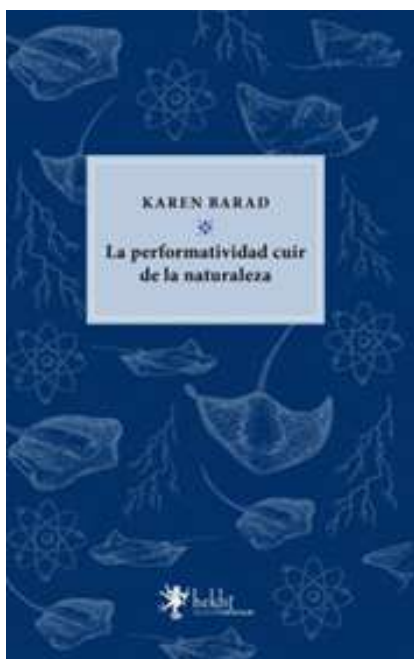
- Agencia Nacional de Minería. (2024). Informe. Colombia. Mining for life.
- Féiz, Mariano (2021), “¿Veinte años no es nada? Neodesarrollismo, movimientos populares y nueva forma estatal en argentina”, (*En*)clave Comahue. *Revista Patagónica de Estudios Sociales*, Dossier “A veinte años de la crisis argentina del 2001”, 28(27), ISSN 2545-6393 (<http://revel.uncoma.edu.ar/htdoc/revele/index.php/revistadela facultad/article/view/3517>).
- Hadad, Gisela (2017). La resistencia anti minera en Loncopué (Neuquén). Una lectura desde las teorías de los movimientos sociales. *RevIISE - Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, 10(10), 259-272.
- Harvey, David (2005). *El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión*. Socialist register 2004. CLACSO.
- Mies, Maria y Shiva, Vandana (2014). *Ecofeminismo. Teoría, crítica y perspectivas*. Madrid: Icaria.
- Porto-Gonçalves, Carlos (2001). *Geografías, Movimientos Sociales. Nuevas Territorialidades y Sustentabilidad*. México: Siglo XXI.

Svampa, Maristella (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Bielefeld :University Press.

Ulacia, Martín (2022). *No fue no, una crónica del Chubutazo*. Chubut: Editorial Remitente Patagonia

Reseña: *La performatividad cuir de la naturaleza* de Karen Barad: Una ontología radical para repensar la agencia y la diferencia

Laura M. González Foutel^{18*}



"La performatividad cuir de la naturaleza" de Karen Barad, filósofa, física feminista¹⁹, editado por Hekht (1era edición, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2024; traducción de Silvana Veto) irrumpe en el debate académico y cultural. Esta obra seminal desmantela nuestras concepciones convencionales sobre la naturaleza, el género y las dinámicas de poder, instándonos a trascender las dicotomías habituales y a reimaginar radicalmente nuestros marcos de análisis.

Este ensayo, si bien conciso, despliega una arquitectura argumentativa rigurosa que invita a una lectura activa y tensiona nuestras propias limitaciones cognitivas, reconociéndonos como eternxs aprendices en la tarea de comprender la complejidad de la existencia. La presente reseña busca cartografiar los nodos centrales de este texto provocador, explorando su potencial para reconfigurar nuestras categorías de análisis actuales y proyectar más allá de las restricciones del pensamiento antropocéntrico y binario.

La estructura del libro, presenta un prólogo de Natalia Ortiz Maldonado, luego pasa por la introducción hasta unas conclusiones que retoman las preguntas iniciales con una perspectiva enriquecida. Se articula a través de nueve apartados que abordan una diversidad de fenómenos y conceptos, así aparecen títulos como "La performatividad cuir de la naturaleza", "Bichxs cuir, causalidad cuántica y performatividad", "El parloteo tartamudeante del relámpago", "Células receptoras neuronales clarividentes en mantarrayas", "Las performances fantasmas de la Pfiesteria", "La performatividad cuir del átomo", "Identidades cuir, borraduras cuánticas y las im-posibilidades de cambiar el pasado" dan cuenta de la

^{18*} Doctora en Ciencias Sociales - Especialista en Ciencias Sociales. Profesora y Licenciada en Ciencias de la Educación. Docente e Investigadora del Centro de Estudios Sociales, de la Facultad de Humanidades, Facultad de Artes, Diseño y Ciencias de la Cultura de la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE). Becaria Posdoctoral CONICET – UNNE. Sus trabajos recientes se centran en subjetivación, dimensiones afectivas y políticas, referencias y organizaciones sociales, metodologías participativas.

¹⁹ Barad se ha declarado públicamente con el género no -binarix por ello se utiliza la x como señalamiento a esta posición para lx autorx como para sus propuestas en la obra.

amplitud y la profundidad del diálogo interdisciplinario que Barad establece entre la física cuántica, los estudios de género y la filosofía de la ciencia.

Uno de los ejes centrales de la crítica reside en la dicotomía naturaleza/cultura, una división que, según la autora, permea nuestras concepciones morales y epistemológicas, limitando nuestra capacidad para comprender la agencia distribuida y la intrínseca relacionalidad del mundo. A través de la noción de lo "cuir", Barad no busca una mera analogía entre la diversidad sexual y de género y el mundo no humano, sino una herramienta conceptual potente para desestabilizar las normas y las expectativas binarias que subyacen a nuestra explicación, posición y comprensión de/sobre la naturaleza. La ejemplificación de lo cuir en los "bichxs" no humanxs trasciende la mera ilustración, constituyéndose en una denuncia contundente del antropomorfismo que permea nuestras construcciones de conocimiento y que, en última instancia, socava las "ecologías de la diversidad necesarias para el florecimiento".

Con un vocabulario conceptual tan preciso como disruptivo –realismo agencial, entrelazamiento, intra-acción–, Barad dismantela la división ontológica entre humanxs y no humanxs. En el centro de su propuesta se sitúa la intra-acción: no un mero encuentro entre entidades preexistentes, sino el fenómeno fundamental donde estas emergen de sus mutuas constituciones. El análisis del relámpago ilustra vívidamente esta perspectiva. Barad lo presenta no como un objeto aislado interactuando con su entorno, sino como la manifestación concreta de una intra-acción específica entre cargas atmosféricas y la tierra, ambas entendidas como agentes activos en la emergencia del fenómeno. De este modo, se desafían las concepciones tradicionales que separan sujeto y objeto, resaltando la co-constitución de los fenómenos.

Un pilar central del realismo agencial radica en la extensión de la agencia más allá del ámbito humano. Para Barad, la materia misma posee agencia, una capacidad intrínseca para actuar e incidir en el mundo. Desde esta perspectiva, la tierra y las fuerzas atmosféricas que participan en la génesis del relámpago dejan de ser un telón de fondo pasivo para convertirse en agentes activos que contribuyen de manera fundamental a su emergencia. Así, el relámpago se revela como una manifestación palpable de la agencia inherente a la materia en acción, subrayando la naturaleza activa y performativa de la materia.

La conversación entre Karen Barad y Vicki Kirby en torno a las mantarrayas profundiza en la posibilidad de trascender los marcos comunicativos antropocéntricos. En lugar de una "comunicación" lineal, Barad propone una sensibilidad hacia las formas de respuesta y agencia que se manifiestan en la alteridad no humanx, reconociendo las limitaciones de nuestro lenguaje y la necesidad de una ética del encuentro basada en la disposición a ser transformados por la diferencia. La noción de comunicación paradójica remarca la dificultad inherente en aprehender la experiencia de lo no humanx a través de nuestros modos de pensamiento convencionales.

En el análisis de "Las performances fantasmas de la Pfiesteria" considera cómo ciertos fenómenos naturales desafían nuestras ontologías espacio-temporales fijas y se entrelazan intrínsecamente con las estructuras sociales, económicas y políticas. La indeterminación de la *Pfiesteria* y su capacidad para movilizar diversas esferas de la sociedad invitan a una reflexión crítica sobre la construcción epistemológica y ética de nuestras prácticas investigativas, así como sobre la inseparabilidad de la naturaleza y la cultura. Barad aboga aquí por una ética de la responsabilidad ontológica, que reconoce nuestra propia agencia en la configuración del mundo que conocemos.

La sección dedicada a "La performatividad cuir del átomo" constituye un desafío radical a la física clásica. A través de la comparación de los modelos atómicos de Rutherford y Bohr, Barad revela cómo nuestras construcciones teóricas participan activamente en la configuración de la naturaleza atómica. La discontinuidad inherente a la materia cuántica,

lejos de ser una anomalía, se presenta como una condición para la estabilidad, cuestionando las normas binarias con las que estructuramos el mundo material. La intra-acción entre el fenómeno cuántico y el aparato de medición subraya la inseparabilidad del sujeto y el objeto de conocimiento, proponiendo una ontología donde la agencia y la performatividad son inherentes a la materia. La exploración de los entrelazamientos cuánticos desafía las nociones clásicas de individualidad y causalidad local, sugiriendo una profunda interconexión entre entidades aparentemente separadas.

Finalmente, al abordar las “Identidades *cuir*, borraduras cuánticas y las posibilidades de cambiar el pasado”, *Ix autrx* confronta directamente nuestras concepciones lineales del tiempo y la causalidad. La sección representa un desafío fundamental a las concepciones físicas establecidas, proponiendo una reconsideración radical de nuestra comprensión sobre la materia, el pasado y el futuro. Barad cuestiona con avidez los marcos conceptuales tradicionales de la física, desmantelando la noción de una realidad objetiva y lineal en el tiempo al sugerir que las elecciones presentes pueden influir en el "pasado" de una partícula. Esta perspectiva inquietante tiene profundas implicaciones para nuestra comprensión de las coordenadas fundamentales como el tiempo, el espacio y la materia, invitándonos a repensar nuestra propia agencia y relación con el mundo. La borradura cuántica, en manos de Barad, no solo revela las paradojas inherentes a la realidad cuántica, sino que también nos fuerza a confrontar las limitaciones de nuestras ontologías clásicas y a considerar una comprensión más compleja y entrelazada de la realidad y nuestro lugar dentro de ella.

En sus conclusiones, Barad retoma con énfasis las preguntas que iniciaron su texto, integrando de manera elocuente las perspectivas desarrolladas en diálogo con *otrxs* pensadorxs y colaboradorxs. Su ontología radical agencial se erige como el fundamento para reconfigurar las posiciones ético-políticas, revisitando nociones cruciales como espacio, tiempo, causalidad, agencia, performatividad y responsabilidad. A través de una provocación constante, que oscila entre la inmediatez de fenómenos cotidianos como el relámpago y la abstracción de la modelización de partículas, Barad nos invita a cuestionar las identidades fijas, la configuración de/sobre la naturaleza como a descentrar la primacía de *lx humanx*. Este corrimiento no implica una mera inversión jerárquica, sino un punto de partida para reposicionar lo no *humanx*, lo *cuir* y lo indeterminado que emerge de los incesantes entrecruzamientos. Ellx subvierte las categorías tradicionales de análisis al dirigir su atención hacia fenómenos que desafían nuestras concepciones preestablecidas de agencia, performatividad y naturaleza. En lugar de simplemente ilustrar sus puntos con ejemplos familiares, Barad elige casos que desestabilizan nuestras asunciones y nos obligan a repensar las fronteras entre lo humano y lo no humano, lo natural y lo cultural, lo activo y lo pasivo.

Para Barad, reconocer la diferencia no conduce a la distancia de *unxs* y *otrxs*, sino a un entretejido de responsabilidades inherente a nuestra imbricación en el mundo. Esta ética del entrelazamiento nos exige reconocer que nuestras posiciones y acciones tienen efectos concretos y materiales que resuenan a través de la agencia, el tiempo y el espacio, a menudo más allá de nuestra capacidad de comprensión. La performatividad, entendida no como una simple actuación sino como un proceso iterativo que produce diferencias, se convierte en un motor de reconfiguración ético-política, donde las intra-acciones reiteradas abren nuevas posibilidades y excluyen otras.

La responsabilidad, desde la perspectiva de Barad, se concibe como una capacidad de respuesta inherente a nuestra profunda conexión con el mundo. La ética del entrelazamiento nos llama a una atención constante a las maneras en que nuestras acciones resuenan y afectan a otros, tanto *humanxs* como no *humanxs*. Finalmente, la indeterminación, lejos de ser un obstáculo, se presenta como una fuente de potencialidad. La ética del entrelazamiento nos invita a navegar esta incertidumbre con cuidado y atención a las posibles consecuencias,

reconociendo las im-posibilidades inherentes a la realidad y las constantes oportunidades para la reconfiguración. En última instancia, Barad nos impulsa hacia una comprensión del mundo donde las relaciones y las intra-acciones son primarias, y donde la responsabilidad emerge de nuestro reconocimiento de esta profunda interconexión.

Diálogos con Lisset Coba. Del despojo en los territorios a los encierros en las ciudades: una crítica ecofeminista y latinoamericana al extractivismo

Victoria Pasero

Lisset Cobet es antropóloga, activista feminista anticarcelaria y profesora investigadora del Departamento de Sociología y Estudios de Género de FLACSO Ecuador. Producto de su tesis doctoral en Ciencias Sociales, mención antropología política (FLACSO-Ecuador), publicó *SitiadAs: la criminalización de las pobres en Ecuador durante el neoliberalismo* (2015). Entre sus publicaciones más recientes, participó de la coordinación del libro *Brujas, salvajes y rebeldes. Mujeres perseguidas en entornos de moralización, extractivismo y criminalización en Ecuador* (2021), junto a Eva Vázquez, Cristina Vega e Ivonne Yáñez y del capítulo *Indisciplinas e interdisciplinas. Diálogos cruzados sobre feminismos y ecologías desde una perspectiva decolonial y comunitaria* (2022) junto a Mónica Maher, Sofia Zaragocin e Ivette Vallejo.

Escribe y acciona desde Ecuador, el corazón de nuestro continente: abajo y a la izquierda, que con su Amazonía bombea con sus ríos y vertientes, cual venas, el torrente esencial que hace posible la vida en todo el territorio de Abya Yala.

Ecuador tiene una gran importancia para el GT Cuerpos, Feminismos y Territorio. Allí se produjo un potente encuentro de personas, que convivieron principalmente en la maestría de FLACSO, de distintas procedencias geográficas, sociales, políticas, pero bajo un mismo punto de partida desde movimientos sociales y el horizonte de desbordar una academia que quedaba corta. Es allí que en el 2012 conformaron el Colectivo de Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, y en el 2016 impulsaron el GT *Cuerpos, Feminismos y Territorio*. Lisset, como docente de FLACSO, fue parte de ese contacto potente y de la historia de nuestro GT. Por eso, decidimos inaugurar este boletín con una entrevista a ella y su particular visión/acción del mundo y los feminismos.

Hablar con ella además de estimulante, es irreversible. Sus palabras conducen a redirigir la mirada, a darle otro sentido a las palabras, a revisar nuestras prácticas y memorias, a ver más allá de los cánones establecidos y sobre todo, sensibilizar el ejercicio pedagógico de aprender con otrxs. Luego de escucharla, lo que antes aparecía disperso y desconectado, resulta vinculado y obvio: la maquinaria carcelaria y la del extractivismo, los ambientes de hostilidad construidos en los territorios urbanos y rurales, el agua que bebemos en la ciudad con la red de vida extensa que es la Amazonía.

Todo esto lo aprende en gran parte junto a sus compañeras de Mujeres de Frente, un espacio que hace más de 20 años se constituye, para ella y otras, en una escuela político militante feminista. Además, parte fundamental de sus territorios de aprendizaje vienen de su trabajo, Amazonía adentro, junto a mujeres indígenas, que le enseñan, transmiten y revuelven los propios conocimientos, con una sabiduría que le saca ventaja a cualquier filosofía



occidental. En esta entrevista²⁰, convidamos la ternura y contundencia de su mirada política sobre los feminismos, los territorios, los cuerpos y los horizontes políticos en el contexto actual.

Del feminismo movimentario al econfeminismo anti-colonial: la co-defensa de los cuerpos-territorios

Victoria: En relación a tu propia trayectoria y participación en el GT, ¿cómo surge esta importancia de abordar las intersecciones entre cuerpo, territorios y feminismos, en particular desde el Abya Yala?

Lisset: Vengo de una militancia que ha tenido que ver más con las prisiones en realidad, de una militancia feminista desde hace 21 años. Soy parte de "Mujeres de Frente" desde el 2004. Somos como las mamás, en cuanto a la fundación. **Creo en un feminismo menos intelectual y más colectivo, más movimentario.** Luego con el tiempo fue muy importante conocer a Tania Cruz... Yo no fui su profe, pero estudió la maestría aquí y ha sido una persona más que se ha movido mucho junto con otras compañeras que ya estaban militando aquí en el Ecuador dentro del ecologismo, que además siempre hemos sido amigas de ese lado. Entonces, **siempre se ha debatido un poco el corazón entre lo uno y lo otro.**

En el Ecuador y claro, en todos nuestros países, pero como vivo aquí, pienso que esta cuestión de lo ecológico ha sido reflexionada por un lugar y por otro, el feminista. Reflexionado y también activado. En continuidad de la primera década del año 2000, con todo este boom de mercancías, en un país tan pequeño como es el Ecuador para América Latina, muy muy pequeño, pero que es muy biodiverso: por kilómetro cuadrado Ecuador es uno de los países más biodiverso del mundo por un lado; y también es muy pluricultural, plurinacional. Entonces, esta dimensión de lo ecológico y esta dimensión del feminismo se han articulado históricamente a la defensa de territorios indígenas.

Mucho de lo que ha ocurrido de nuestra articulación para reflexionar sobre cuerpo y territorio ha sido el diálogo con **las protestas de mujeres indígenas que ocurrieron sobre todo en la década del 2010.** En el 2014, por ejemplo, fue la primera vez que las mujeres amazónicas de siete nacionalidades distintas vinieron a Quito como Marcha de Mujeres a reclamar por sus territorios y ellas nos convocaron a todas a **codefender el territorio.** Hay una diferencia muy grande en cómo se organizan las mujeres indígenas que lideran además poblaciones completas. Sus liderazgos son super importantes, tienen una propagación política además desde la infancia porque tienen que defender sus territorios y, son las mujeres además quienes sostienen la alimentación en los campos y en las selvas. Cuando vinieron estas mujeres, ellas se reunieron en un parque que era muy tradicional en Quito, para que los movimientos indígenas, los movimientos sociales que vienen de fuera de la ciudad, puedan acampar ahí. Me acerqué junto con otras compañeras feministas de la ciudad de Quito a brindar nuestro apoyo y nos preguntaban a quiénes representábamos y cuál era nuestra dirigencia. Y claro, nosotras somos unas colectivas de otro estilo completamente distinto, ¿no? Con el tiempo nos tocó también aprender desde la ciudad este diálogo, que parecería desde la mirada urbano-centrada como muy lejano, pero al ser un país que tiene Amazonía y aunque es el que menos Amazonía tiene en proporción, todo el territorio amazónico es la mitad del país. Y que es donde han nacido organizaciones amazónicas importantes como la COICA (Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica) y que ha tenido muchas sedes aquí. Este es un país de mucha efervescencia indígena, mucha protesta social indígena y mucho pensamiento indígena. Esto fue fundamental y cuando estábamos ahí

²⁰ La conversación se llevó a cabo por videollamada el 14 de febrero de 2025.

nos decían: “Ustedes a qué vienen, a ver, esta no es solo nuestra lucha, es nuestro territorio, pero desde nuestro territorio nosotras estamos sosteniendo sus vidas. Entonces esta es una lucha conjunta”. En las ciudades, aunque sentimos estos signos del calentamiento global, realmente no logramos enlazar qué es lo que está sucediendo más allá de la capital o de las ciudades más grandes. Entonces, de alguna manera empezamos a asumir una dimensión más ecofeminista. Y con el tiempo esta dimensión ecofeminista además ha sido en la que se articulan ambas dimensiones, tanto la ecología como el feminismo y que ha servido también para desnaturalizar la naturaleza de las mujeres y la naturaleza, lo que consideramos naturaleza como tal. Pero que este ecofeminismo, porque hay muchísimos ecofeminismos ya en el mundo, responde además a una necesidad y a una exigencia de mujeres indígenas. Por un lado de descolonizarnos a las feministas de ciudad, que tenemos reivindicaciones, por ejemplo, como la despenalización del aborto y todo esto, y que nuestras compañeras pueden que no sean sus reivindicaciones principales estas. No es la despenalización del aborto, porque tienen muchísimos otros problemas y tal vez porque el catolicismo ha sido muy inculcado en todas las poblaciones indígenas y no indígenas. Pero también porque en territorios de contaminación, por ejemplo, hay abortos indeseados, ¿no? Entonces, esto me ha llevado también a pensar la importancia de pensar este ecofeminismo que nos exige una posición anticolonial, no solo descolonial, que sí es necesario para descolonizarnos a nosotras mismas, sino anticolonial también, para aportar o para co-luchar si tú quieres, por la defensa de territorios.



Imagen: Pintada callejera y mujer pasando, levantamiento en Quito, 2019. Fotografía de Lissett Coca.

Samay, el tejido de la vida frente a racismo ambiental

He aprendido en el diálogo, porque también he trabajado como investigadora, soy antropóloga, y he querido historizar, hacer una antropología más histórica de la historia del género, el conocimiento en la Amazonía. Se retroalimenta mucho el conocimiento y el lenguaje académico y feminista también, incluso en muchos sitios en los que pensamos que no, pero hay una retroalimentación. Como la misma Tania decía, "son conocimientos itinerantes", que van transformándose de acuerdo al contexto y a los usos que se les den. Pero ha sido como muy importante el aprendizaje, en este caso estoy hablando de la Amazonía, porque doy clases de teoría feminista, en las que incluyo ecología, ecología política feminista,

este tipo de reflexiones. Y lo que tú ves ahí es que las mujeres amazónicas nos brindan **una dimensión extra de la interseccionalidad, que es el territorio**. Nos dicen: es este territorio, pero además los parentescos con lo que nosotros llamamos no humano y que en realidad también es otra división artificial, pero los parentescos que se establecen, ¿no? En esta clase, reviso los textos de Haraway y todo esto y claro, Haraway habla de estos... de ir más allá del cuerpo, en sus últimos libros sobre estos parentescos, que además son parentescos impuros y todo eso. Y claro, cuando uno lee a Haraway dice, cresta, qué loca, todas estas cosas, además en este planeta que está devastado, lo que nos queda hacer son estos parentescos.

Sin embargo, cuando una escucha lo que están diciendo estas mujeres y ahora en este momento además necesitan implementar muchas políticas de autodefensa, en el sentido de que los territorios siguen siendo atacados, pero lo que ellas hacen, desde una manera histórica, es haberse adelantado cientos de años a lo que nos plantea Haraway. **Ellas ya establecen esos parentescos y son parentescos reales, en la cotidianidad, y no en el sentido de domesticación de mascotas, sino además de la reproducción**. Yo ahora soy parte de un grupo de investigación, se llama Reproducción Ampliada, pero de toda la reproducción ampliada de la vida y todas estas dimensiones que desde el ecologismo y el ecofeminismo se reflexiona como interdependencia y ecodependencia.

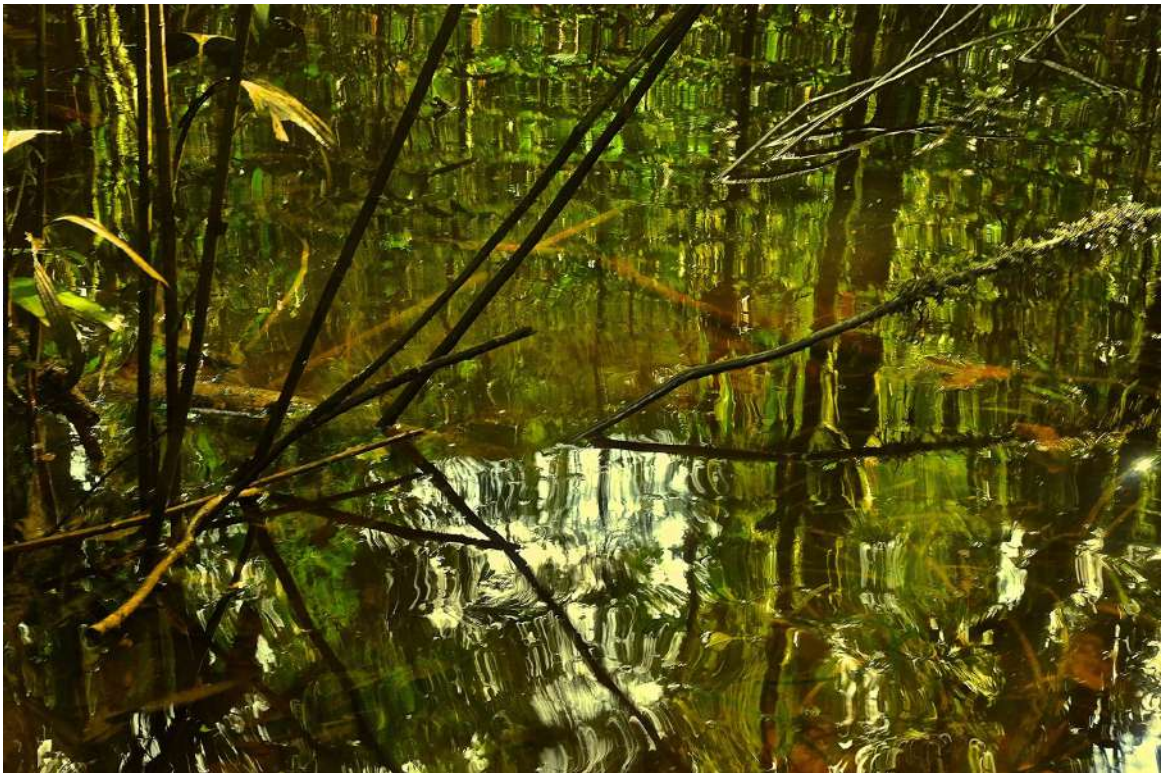


Imagen: Bosque del Yasuní, 2018. Fotografía de Lisset Coba.

Recién estuve escribiendo un libro sobre la historia del género en los kichwa de la amazonía, del siglo XIX al XX. Una se da cuenta cómo estos parentescos son súper necesarios por un lado para sostener esta reproducción ampliada de la vida, que va más allá de lo que consideramos humano. Pero por otro lado también, y escribimos un artículo con

Manuel Bayón²¹ sobre eso, cómo las mujeres tratan de venir a las ciudades, que es muy específico de las mujeres. Que se han tomado embajadas, que han propuesto conceptos, o sea, es increíble todo el trabajo amazónico. Entonces, estas mujeres nos dicen: "Miren, nosotras les queremos explicar a ustedes que no saben y que no pueden comunicarse con los seres de la selva". Porque tenemos bloqueadas muchas formas de comunicación con esos otros seres que nosotras llamamos no humanos; pero ellas tienen una capacidad de diálogo con las plantas, una historia con los árboles, con el jaguar, con animales míticos, pueden dialogar a través de los sueños y lo interesante es que además, todos estos seres tienen una posición política que ellas traducen, o que han traducido, porque ahora lo que veo es que de todas maneras esta pandemia y este neoliberalismo brutal que estamos viviendo... Que hay otro boom además completamente distinto del de inicios del milenio, este boom además de la guerra y de las nuevas tecnologías que está bombardeando nuevamente estos territorios no solo amazónicos, sino también del norte del Ecuador, del Chocó, de los pueblos afrodescendientes... Entonces, ha sido super importante, en realidad es una de las cosas al asumirme como mestiza, porque no tengo, debo tener por supuesto, una raigambre indígena, pero no reconocible directamente, ¿no? Entonces no puedo usurpar esos conocimientos, pero sí decir que se han definido en la historia de los pueblos conocimientos importantes. Hay una palabra que a mí me gusta, no es una palabra, en realidad es un significado amplísimo que se llama Samay. **El Samay es como este aliento de vida**, la fuerza, la voluntad que constituye los seres que les vuelve, que puede constituir los parentescos, pero es como este aliento vital por el cual han luchado los distintos pueblos indígenas, amazónicos, con distintos nombres, porque es un principio vital. Entonces han habido muchas luchas, creo que **todas estas luchas indígenas son precisamente luchas por el principio vital, es lo que llamamos comúnmente el tejido de la vida, aquello que vamos cultivando.**

Y es, en esta complejidad de no usurpar sus conocimientos, pero también reconocerlos, sí hace falta y, sin ánimo de exotizar, comprender esta importancia de lo que llamo estos conocimientos chamánicos. Que son de sabiduría y de poder, que no significa que son la gente buena y ya, porque no se trata ni de veganismo ni de nada de esto, porque estamos hablando en este caso, de personas cazadoras, recolectoras, que tienen un conocimiento increíble y que aún han ido alimentando la biodiversidad de la selva. Lo hablo como una persona que está aquí, en la ciudad, en la capital, que por supuesto no sufre para nada lo mismo, pero que puede ver de todas maneras esta dimensión del cambio climático, que en realidad quienes lo han estado pensando, son, sobre todo, pueblos indígenas y mujeres de la Amazonía.

Por supuesto que ha llegado este conocimiento o la información a través de foros internacionales. Pero no se logra conectar qué es lo que nos ocurre en las ciudades con lo que ocurre en otros lugares. Por ejemplo, en la Amazonía o en otros bosques, cómo se va depredando, avanzando el monocultivo. No logramos enlazar todavía eso. Lo que vemos es por ejemplo la transición energética, que en realidad es una expansión energética y que para el Ecuador es fundamental, sobre todo porque es un país que vive del petróleo. Cada vez se van disminuyendo sus reservas, pero no vamos pensando que va creciendo la agroindustria en la misma amazonía, que tras la pandemia ha sido terrible la devastación amazónica, para poder comprender qué es este cambio climático.

Entonces últimamente no solo yo, sino distintas académicas, porque me sitúo también como académica, ha habido por un lado una exigencia de los movimientos de mujeres y, por otro lado, como un compromiso de algunas académicas: "Oigan, este es nuestro mundo".

²¹ Ese texto que menciona Lisset, titulado "Kawsak Sacha: la organización de las mujeres y la traducción política de la selva amazónica en el Ecuador", está incluido en el libro *Cuerpos, Territorios y Feminismos: Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas* (2020) coordinado por Delmy Tania Cruz Hernández y Manuel Bayón Jiménez.

Con mujeres amazónicas hemos discutido esto del cambio climático que en Europa se discute como no más emisiones de carbono, pero que para nosotras este cambio climático es extractivismo.

Entonces, desde América Latina, nosotras en estos diálogos estamos produciendo unos conocimientos colectivos, que están haciendo también una crítica de estas versiones, no solo del capitalismo verde, sino incluso de las protestas sociales del primer mundo que no logran ver. Ajá, aunque sean muy críticas, que sí hablan en muchas ocasiones del diálogo multicultural, intercultural y una serie de cosas, pero que no logran ver que mucho de, incluso su tecnología limpia, nos está devastando. Es en ese lugar, que además ya no es solamente un lugar de descolonización, sino de anticolonialidad y de anti-imperio.

En este momento, en el mundo y en este país, ahora vivimos este contexto de militarización que racializa mucho, sobre todo a pueblos afro, los signa, fijate, crea perfiles de racialización delincencial. Pero que a la vez, y sobre eso se levanta para poder armarse, crear en realidad escuadrones anti-motines. Recién hace unos días fue sentenciado a 5 años un defensor ambiental, por haber protestado que no se metan en su casa la minera. En medio de todo esto estamos viviendo una remetida brutal que está basada en el racismo ambiental, que no tiene que ver solo con lo que consideramos naturaleza, sino que construye ambientes de hostilidad desde las prisiones hasta la expulsión de poblaciones de sus territorios.

Entonces, **mucho de lo que reflexionamos es precisamente cómo sostener la vida. Las mujeres del Abya Yala nos están diciendo qué es lo que está pasando, nos están dando conceptos, no solo conceptos; praxis importantísimas para la reflexión que en este momento las grandes filósofas están reflexionando desde su lado, pero que ya estaban allí** y que son fundamentales para defender lo que nos queda, para un poco salvarnos en este planeta.

Enlazar luchas y hacer política en las contingencias

Victoria: *¿Cómo se enlazan estas preocupaciones en relación con tu participación en Mujeres de Frente y en el Grupo de Reproducción Ampliada? ¿Cómo construir una acción política conjunta, entre las mujeres del campo y de la ciudad, de la Amazonía y los centros urbanos? Desde tu experiencia ¿cómo construir y hacer investigación militante?*

Lisset: A veces no estoy en Mujeres de Frente porque es más urbano y viajo mucho, pero creo que todas las que hemos sido o somos parte, hemos comprendido que esta ha sido como una escuela para nosotras, un aprendizaje. Porque además ya van más de 20 años juntas y hemos hecho investigación militante de todo tipo. Ahora hay una escuela de formación política, se introducen estos temas, pero sí es verdad que aún no logramos como empatar... Quizá porque al vivir estamos en constante crisis. O sea, pensemos que para nosotros antes de la pandemia se acabó el gobierno correísta y justo un poquito antes se supone que seguía, pero en realidad se volvía de ultra derecha, su sucesor, que era Moreno. Hemos vivido todo este tiempo, desde la época correísta, no hay día en que no tengamos nosotras alguna emergencia. Entonces la gente también vive como muy preocupada de lo suyo propio y es un trabajo de hormiga también porque la política para las personas pobres, la política de los pobres, a lo Auyero²², también es en medio de la contingencia. O sea, todos los días son contingencia.

Recién tuvimos una crisis energética en la que no tuvimos no sé cuánto tiempo luz, teníamos que organizarnos, hacer de todo para poder seguir trabajando, porque además si no,

²² Se refiere al trabajo del antropólogo argentino, *La política de los pobres. Las prácticas clientelistas del peronismo* (2001).

no vives. Entonces, esta crisis energética decía el gobierno y, es verdad, es porque hay escasez hídrica y no llueve y todo eso. Pero claro, la gente, que todos somos gente común muy corriente, no logra todavía enlazar qué nos pasa en relación con los otros, con los otros lugares en donde se produce el agua, por ejemplo. Por qué la escasez hídrica... Nosotros tenemos mucha energía de hidroeléctricas, de grandes presas. Pero esas presas son posibles gracias al agua que tenemos, que es un país con mucha agua y la escasez es más bien por mal uso y mala distribución del agua.

Es tremendo ver que es muy difícil enlazar lo uno y lo otro, y que hay también un ejercicio de desinformación constante. Entonces, todos los días es siempre una lucha constante, primero para la gente para sobrevivir. Todo esto tiene que ver también con este avance de la derecha que, además, genera una serie de desinformación y que todas las luchas indígenas, las luchas sociales son encubiertas, enterradas y criminalizadas, muchas de ellas. Y además hay mucho uso del ecologismo, para la misma campaña política, en la que el gobierno de pronto quita, por ejemplo, el impuesto a los alimentos de perro. O sea, hay unos ecologismos capitalistas, está la *greenwashing*, este capitalismo verde, que desorienta. Estamos en un momento de desorientación y de mucha violencia, de muchísima violencia... Mira, acaba de empatar el progresismo correísta con Noboa, exactamente ambos tienen 44%. Estamos con la ultra derecha y esta izquierda progresista ¿Ya? Y tienes un 5% del movimiento indígena, que ha liderado muchas de las luchas sociales, las últimas. Entonces, quiero decir que todo esto en medio de estas luchas por el sostenimiento de la vida, por las fuerzas vitales, están mucho intermediadas por los chantajes del Estado y el dominio de los medios de comunicación que sí nos inundan de una serie de cosas, nos enseña, si están en nuestro algoritmo y es difícil vencer eso. No es solamente la violencia que nos coloca así, sino que estamos viviendo un estado en el que están pactando estos sectores ilegales, esta violencia legal e ilegal, quizás lo más interesante de Mujeres de Frente es un concepto que ha desarrollado que es este capitalismo, estos señores mafiosos, que no son los actores ilegales que están en las prisiones, sino en las que están involucrados todos los grandes actores del estado, todos los poderes del estado y eso es comprobado. La policía, los militares mataron a niños hace poco²³. Entonces, entre toda la emergencia que se vive constante es difícil articular ambas cosas. Tanto quienes vienen del ecologismo, a veces no quieren, por supuesto, que se mencione a las prisiones, y las prisiones no llegan a comprender a veces la importancia del ecologismo y pensando también que **las prisiones son un ambiente de violencia construido. Y que mucha de la gente que está ahí ha sido la gente precisamente, en generaciones, que tal vez ya no pueden reconocer, desplazada de sus territorios.** Que para mí es donde está el enlace: como mucho de la violencia que vivimos, permite que se siga cultivando este extractivismo, que no solamente es de la naturaleza, sino también de nuestro trabajo, de nuestras energías, de todo aquello que hacemos.

El trabajo de hormiga y las memorias como lugar del re-conocimiento

Soy parte también de la Colectiva de Antropólogas, como profesionales nosotras apoyamos, por ejemplo, *amicus curae*, presentando juicios al Estado por algunas cosas, apoyando logísticamente cuando vienen las compañeras. O sea, apoyamos más bien haciendo investigaciones. Hace poco hicimos una investigación muy bonita, con jóvenes en un colegio, un sitio que se llama Canelos. Ellos recogían sus memorias....

²³ El hecho ocurrió el 8 de diciembre de 2024, cuando 16 militares de la Fuerza Aérea irrumpieron en un barrio en Guayaquil, y capturaron a un grupo de diez niños y adolescentes que salían de una cancha de fútbol. La mayoría logró dispersarse, pero cuatro de ellos fueron detenidos: Ismael, Josué, Nehemías y Steve, todos menores, afroecuatorianos, que vivían en el barrio Las Malvinas. Estuvieron desaparecidos varios días hasta que sus cuerpos fueron hallados sin vida. El caso es investigado como un delito de lesa humanidad.

La memoria es muy importante en la investigación militante, tanto de las compañeras que no son solo de prisiones, sino también trabajadoras autónomas, empleadas del hogar, como en las comunidades indígenas. En las comunidades indígenas la memoria se cuida con muchísima delicadeza y se genera mucho conocimiento a través de ello. Muchas de nuestras compañeras de Mujeres de Frente, por ejemplo, han estado recuperando a algunas personas que no han reconocido su pasado indígena, han estado empezando a hacer genealogías y se han dado cuenta que estas trayectorias en realidad les llevan a estas, porque **son expulsiones también de las comunidades por distintas razones, por una serie de cosas que puede ser tanto por el despojo de territorios como porque eres madre soltera.** Puede ser por ambas cosas. Ese es un trabajo muy delicado y muy de hormiga. A veces una piensa, las ecologistas del primer mundo en Alemania, Dinamarca, qué sé yo, hacen sus protestas, pero no logran ubicarnos a nosotras, siento yo. Sí, algo, pero no saben que **su consumo está basado en nuestro despojo.** Aunque con mayor cercanía ocurre eso con la ciudad y a pesar de que la gente ha logrado ciertas cosas, por ejemplo, ganar la consulta de que el Yasuní no siga siendo explotado, o Quito ganó una consulta de Quito sin minería, ¿no? Pero hace poco llevé a mis estudiantes al sitio en donde se iba a practicar minería aquí hace poco pues a 2 horas de Quito y a pesar de que votaron por que no se explote, no conocían el lugar. Hay una falta de reconocimiento mutuo. Nos toca. Soy profe, pienso que eso es parte de mi labor también.

Es supercomplicado el tiempo, porque hay una desorientación política muy fuerte, que es provocada. O sea, no pienso que la gente se desorienta porque sí... nos toca seguir encontrándonos. Yo recuerdo la campaña por Quito sin minería que fue el año pasado. Fue muy interesante porque no fue dirigido por una persona. O la campaña del Yasuní que fue nacional, una campaña descentralizada. Había Yasunidos en Guayaquil, en otras ciudades del país que no son de la Amazonía -porque el Yasuní está ahí- y que fueron a su manera comprendiendo. Pero tiene que ver con un contexto que nos supera, pero en el que nos toca seguir sosteniendo porque no hay otro, porque es parte de la vida, porque si no, no vamos a poder vivir. Es eso. Nos toca organizarnos para poder vivir, para sostener la vida en lo más básico. Desde sus servicios básicos, agua, electricidad, alimentación, y que nos toque estar preparadas, visibilizándonos, de a poquito. Está complejo, pero seguimos trabajando, nos toca. Hay un ataque brutal contra la vida. Eso es lo que las mujeres tenemos en común y que es lo que estamos defendiendo todo el tiempo. Es un ataque brutal contra la vida. Así, contra las vidas, porque además algo superimportante que definen las mujeres amazónicas, ellas no definen la vida, sino las vidas, las naturalezas, porque esas naturalezas también son sociedades. Y dialogan con nuestro mundo, con lo que llamamos mundo social. Eso es importantísimo: **reconocer que hay más vidas que nosotras y que dependemos de ellas.**



“Yo vengo a ofrecer mi molotov” (2025). Intervención gráfica realizada por Luciana Isabel Vega D’Andrea, en solidaridad con la lucha de pueblo palestino. Luciana es parte de la Asamblea Transfeminista “La Terca” de Mendoza, Argentina y de Bataraza Gráfica.

Corazonamos con todos los territorios en resistencia

En este momento de profunda crisis y violencia estructural, expresamos nuestra solidaridad incondicional con los pueblos de Chiapas (México), Ecuador, El Salvador y Gaza (Palestina), quienes enfrentan graves violaciones a los derechos humanos, represión estatal y desplazamientos forzados. En Chiapas, comunidades indígenas y organizaciones defensoras del territorio viven bajo asedio debido al avance de la militarización de los territorios, por las fuerzas del Estado y por el crimen organizado, generando miedo, desapariciones forzadas, pero también resistencia cotidiana. En El Salvador, el régimen de excepción ha derivado en detenciones arbitrarias, desapariciones forzadas y un creciente autoritarismo que afecta principalmente a comunidades empobrecidas y jóvenes de sectores populares, criminalizados sin debido proceso, sirviendo de inspiración para otros regímenes de extrema derecha en América Latina y el mundo. En Ecuador, las protestas sociales y las demandas de pueblos originarios/indígenas y movimientos populares por la defensa del territorio, la justicia social y el acceso a derechos básicos enfrentan la represión policial y la criminalización de la protesta legítima.

Denunciamos con profunda tristeza y solidaridad la masacre ocurrida en Río de Janeiro, el 28 de octubre pasado, expresión brutal de un Estado que, en nombre de una supuesta seguridad, condena a los cuerpos racializados a la muerte prematura y niega el derecho a una vida digna a comunidades enteras. Estos crímenes no son hechos aislados, sino parte de una política sistemática de control y exterminio que recae sobre las periferias negras y populares. Frente a la violencia, honramos las resistencias cotidianas y las redes de vida que, desde el dolor y la dignidad, siguen tejiendo esperanza en los territorios.

Mientras tanto, en Gaza, el pueblo palestino enfrenta una ofensiva militar sin precedentes, con ataques a infraestructura humanitaria y un bloqueo que impide el acceso a alimentos, agua y atención médica. La crisis humanitaria se agrava cada día, mientras el genocidio se lleva a cabo ante los ojos del mundo. Frente a estas realidades, levantamos nuestras voces junto a quienes luchan por la vida, la justicia y la dignidad en cada uno de estos territorios. La solidaridad entre los pueblos no tiene fronteras, y hoy más que nunca, es urgente sostenerla, amplificarla y defenderla.

Hoy más que nunca, ofrecemos nuestros corazones cargados de esperanza y rebeldía, para que se enciendan y extiendan las revoluciones necesarias para defender la digna rabia, la lucha organizada y la vida digna.

Reivindicamos el derecho a ser nuestros propios germinarios feministas: aun cuando intenten aplastarnos, seguimos naciendo, produciendo vida diversa. No somos raíz única, sino semilla múltiple; y de cada intento de enterrarnos, brotamos otra vez, más fuertes, más juntxs.

Corazonamos com todos os territórios em resistência

Neste momento de profunda crise e violência estrutural, expressamos nossa solidariedade incondicional aos povos de Chiapas (México), Equador, El Salvador e Gaza (Palestina), que enfrentam graves violações dos direitos humanos, repressão estatal e deslocamentos forçados. Em Chiapas, comunidades indígenas e organizações defensoras do território vivem cercadas devido ao avanço da militarização dos territórios, pelas forças de Estado e pelo crime organizado, gerando medo, desaparecimentos forçados, mas também resistência cotidiana. Em El Salvador, o regime de exceção vem resultando em detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados e em um crescente autoritarismo que afeta principalmente comunidades empobrecidas e jovens de setores populares, criminalizados sem

o devido processo, servindo de inspiração para outros regimes de extrema direita pela América Latina e mundo. No Equador, os protestos sociais e as demandas dos povos originários/indígenas e movimentos populares pela defesa do território, justiça social e acesso a direitos territoriais enfrentam repressão policial e criminalização do protesto legítimo.

Denunciamos, com profunda tristeza e solidariedade, o massacre ocorrido no Rio de Janeiro em 28 de outubro — expressão brutal de um Estado que, em nome de uma suposta segurança, condena os corpos racializados à morte prematura e nega o direito a uma vida digna a comunidades inteiras. Esses crimes não são fatos isolados, mas parte de uma política sistemática de controle e extermínio que recai sobre as periferias negras e populares. Diante da violência, honramos as resistências cotidianas e as redes de vida que, entre a dor e a dignidade, continuam tecendo esperança nos territórios.

Enquanto isso, em Gaza, o povo palestino enfrenta uma ofensiva militar sem precedentes, com ataques à infraestrutura humanitária e um bloqueio que impede o acesso a alimentos, água e atendimento médico. A crise humanitária se agrava a cada dia, e um genocídio se desenrola aos olhos do mundo. Diante dessas realidades, levantamos nossas vozes junto àqueles que lutam pela vida, justiça e dignidade em cada um desses territórios. A solidariedade entre os povos não tem fronteiras, e hoje mais do que nunca, é urgente mantê-la, ampliá-la e defendê-la.

Hoje, mais do que nunca, oferecemos nossos corações carregados de esperança e rebeldia, para que se acendam e se espalhem as revoluções necessárias para defender a justa revolta, a luta organizada e a vida digna.

Reivindicamos o direito de sermos nossos próprios germinários feministas: mesmo quando tentam nos esmagar, continuamos nascendo, produzindo vida diversa. Não somos raiz única, mas semente múltipla; e de cada tentativa de nos enterrar, brotamos novamente — mais fortes, mais juntxs.